

# PESSOAS LUGARES

Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER+

Directora: Cristina Cavaco

www.leader.pt

II Série | Nº 27 | Março 2005

Em Destaque

PME em  
meio rural



Cooperativa Agrícola de Mangualde / Maria do Rosário Araújo



ADD  
Vale  
do Dão

P 12 Um fim-de-semana em Terras do Dão

P 4 e 5 Entrevista a Augusto Mateus

P 7 As PME e o desenvolvimento rural, no Dão

P 17 2ª Oficina de Qualificação

# O decisivo papel das PME

As Pequenas e Médias Empresas (PME) são dominantes no nosso tecido empresarial. O seu dinamismo caracteriza regiões inteiras, onde gerações de pequenos e médios empresários imprimiram um cunho e uma cultura empresarial, legado para as gerações mais novas. Têxteis, calçado, mobiliário, a vitivinicultura são alguns exemplos emblemáticos de sectores de actividade.

Um mercado cada vez mais competitivo e globalizado tem exigências dificilmente compatíveis com o isolamento. A integração do *design*, a utilização fluida das novas tecnologias, a importância dos processos de pesquisa desenvolvimento, reflectem alguns dos desafios que os empreendedores têm de enfrentar e ultrapassar. Esses factores estão intrinsecamente ligados à validação dos percursos profissionais dos empresários e dos seus trabalhadores, e simultaneamente à aquisição de novas competências, a um processo continuado de qualificação dos agentes e das organizações.

No Programa do Governo são sublinhados os objectivos de lançamento de um "Plano Tecnológico, convocando o País para a sociedade da informação, para a inovação, para a ciência e a tecnologia, e para a qualificação dos recursos humanos".

A agilização dos processos através de dispositivos integrados que facilitarão a vida tanto a cidadãos como a empresas e empresários, de que são exemplo o balcão único permitirão desburocratizar e levantar os entraves existentes a quem se aventura no sinuoso processo de constituição de uma empresa.

A digitalização, através por exemplo das transacções electrónicas, a partilha de conhecimento e adopção de licenças CC *Creative Commons*, a promoção de sistemas operativos não proprietários *open source*, o planeamento estratégico dos sistemas de informação, a duplicação dos fundos de capital de risco para apoiar o lançamento de projectos inovadores constituem alguns dos instrumentos criados e metas a atingir. Mas a adequação dos quadros de intervenção aos nossos contextos empresariais passa por uma leitura ajustada das realidades e das opções de intervenção como sublinha Augusto Mateus, Professor Catedrático do ISEG: "Existem certos sectores de actividade onde a internacionalização é extremamente decisiva, e outros onde ela não faz sentido. O mesmo em relação à inovação. O pior que pode acontecer numa economia é termos ideias erradas sobre a interpretação da sua estrutura e as motivações para o seu desenvolvimento".

Em meio rural, inúmeros são os exemplos de iniciativas de sucesso; inúmeros são também os obstáculos que enfrentou quem decidiu ir até ao fim. Neste número do "Pessoas e Lugares" apresentamos projectos promovidos por actores de natureza diferente: associações empresariais, empresas, associações de desenvolvimento, universidades, autarquias, cujo ponto comum é a grande proximidade com o terreno.

O projecto de um parque tecnológico na Região Litoral Centro que partiu de uma iniciativa da Associação Beira Atlântico Parque (ABAP), visa "o desenvolvimento de projectos mobilizadores a nível regional, de forma a garantir dimensão para a atracção de investimentos competitivos a nível global e apoiar iniciativas locais de desenvolvimento". Os seus alvos preferenciais são as actividades relacionadas com a nova economia e investigação: biotecnologia, genética, Internet e multimédia, e tecnologias de informação.

O GLOCAL - Empresas Locais com Orientação Global é um projecto da responsabilidade da parceria de desenvolvimento constituída no quadro da Iniciativa EQUAL, cuja missão é o fomento ao empreendedorismo e apoio a empreendedores na região Douro Norte. Das ferramentas criadas destaca-se o SIM - Sistema de Microcrédito para o Auto-Emprego e a Criação de Empresas, que visa apoiar o financiamento de pequenas empresas. O SIM foi implementado numa área geográfica restrita, mas pretende-se alargar a experiência a todo o território nacional através de uma parceria com a Federação a Minha Terra "no sentido de estabelecer as bases e montar uma rede nacional com as associações federadas interessadas que permita a implementação deste sistema de microfinanciamento e sua utilização em todo o país".

A ADD - Associação de Desenvolvimento do Dão, cujo território é objecto de uma apresentação mais detalhada nesta edição, canalizou mais de 50 por cento dos recursos financeiros que teve à sua disposição para o sector produtivo. São variados os exemplos de apoios à agricultura empresarial, principalmente na produção e comercialização de fruta e vinho, nomeadamente da Maça Bravo de Esmolfe e Vinho do Dão.

Apesar das boas acessibilidades e de uma localização central, o Vale do Dão sofre dos problemas de interioridade "redução demográfica, envelhecimento e desemprego, que procuram ser contrariados pelo apoio à iniciativa empresarial e respostas de âmbito social".

Na rubrica "Produtos e Produtores" apresentamos a Cooperativa Agrícola de Mangualde. Com duzentos anos de história e definição DOP, a Maça Bravo de Esmolfe é o principal produto desta cooperativa, que tem vindo a apostar sempre "na remodelação e avanço tecnológico", de acordo com Abel Marques, membro da Direcção. A par das inovações técnicas, a esta cooperativa está a aplicar um sistema de rastreabilidade à parcela, fundamental para aferir a qualidade dos produtos. Um exemplo de associativismo, capacidade de acompanhamento e apoio aos produtores, integração da inovação e investimento na qualidade e segurança alimentar.

Cristina Cavaco

## Pedido de envio do Jornal Pessoas e Lugares

Nome:	
Organização:	
Função:	
Morada:	
	Código postal: -
Telefone:	Fax:
E-mail:	
Comentários:	

Recorte ou fotocopie, e envie para: IDRHa, Rede Portuguesa LEADER+ Av. Defensores de Chaves, n.º 6 - 1049-063 Lisboa

O **Pessoas e Lugares** - Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER+ tem por objectivos:

- divulgar e promover o LEADER+;
- reforçar uma imagem positiva do meio rural.

O **Pessoas e Lugares** tem uma periodicidade mensal e a sua distribuição é gratuita.

Se pretender receber o jornal **Pessoas e Lugares** preencha, por favor, o formulário anexo (recorte ou fotocopie) e envie para:

IDRHa  
Rede Portuguesa LEADER+  
Av. Defensores de Chaves, n.º 6  
1049-063 Lisboa

Telf.: 21 3184419  
Fax: 21 3577380

Ou aceda ao site da Rede Portuguesa LEADER+ [www.leader.pt](http://www.leader.pt) e preencha, por favor, *on line* o formulário disponível no *link* **Pessoas e Lugares**.

No caso de desejar receber mais do que um exemplar de determinado número do jornal **Pessoas e Lugares**, para distribuir num evento, por exemplo, pedimos o favor de fazer chegar essa informação ao IDRHa com a devida antecedência. Obrigada.

# Ousar empreender

## para criar novas actividades nas zonas rurais

O acto de empreender, pela combinação da paixão, do espírito de iniciativa e do risco, é um dos principais motores da inovação. Ele contribui para deslindar novos campos de actividade, tanto no domínio das novas tecnologias como dos novos serviços e da inovação social.

Philippe Amouroux  
(in Prefácio, Oser créer, Granger, Benoit, Editions Charles Léopold Mayer, Paris, 1999)

O LEADER é um Programa de Iniciativa Comunitária que tem como objectivo incentivar e ajudar as populações das zonas rurais a reforçar e melhorar as suas condições de vida e a reduzir as disparidades económicas e sociais e, nesse sentido, tem contribuído para fomentar o desenvolvimento de pequenas empresas, promovendo uma maior competitividade das zonas rurais e melhorar alguns aspectos qualitativos e organizativos ao nível do tecido económico rural. Este Programa, reconhecendo os desafios e as oportunidades locais que se colocam actualmente às Pequenas e Médias Empresas (PME), tem vindo a contribuir para reforçar a importância da diversificação de actividades e acentuar o papel polivalente da agricultura, cuja função é não só económica mas também social, ambiental e cultural. Com efeito, o LEADER tem ajudado não só ao desenvolvimento de pequenas empresas locais e criação de pequenos negócios em diversos sectores de actividade, como também tem contribuído para a melhoria da capacidade de novas competências e promoção de qualificações.

Implicar as PME no desenvolvimento local é uma prioridade essencial às zonas rurais e pode ajudar a contrariar a forte concentração das PME (49,8%) nos distritos de Lisboa e Porto. Os seus efeitos, sempre positivos para o emprego, são também favoráveis ao desenvolvimento de uma cultura empresarial e de responsabilidade social, que tanta falta faz às zonas rurais de Portugal. Como sabemos, estas empresas representam a maioria do tecido empresarial português (cerca de 98%), têm uma importância relativa ao nível do volume de negócios (na ordem dos 60%) e do emprego que geram (emprega dois em cada três cidadãos) e, por isso, desempenham um papel relevante ao nível do emprego e da oferta de produtos e serviços essenciais para o bem-estar das populações das zonas rurais. A sua influência pode, ainda, ser positiva nas respostas aos interesses particulares das comunidades e na mobilização de jovens para a criação do seu próprio emprego.

### O papel do LEADER

O LEADER tem sido um estímulo à inovação e à criação de micro e pequenas empresas, empenhadas na produção de bens e serviços com valor acrescentado para os territórios rurais. Outra importante função refere-se à dinamização da capacidade de iniciativa dos cidadãos, pois o assumir da responsabilidade individual daqueles que decidem arriscar um novo negócio, pode constituir um efeito demonstrativo para o aparecimento de outras iniciativas e para uma melhor afectação dos apoios financeiros existentes.

O papel do programa LEADER+ tem sido benéfico para a criação de sinergias e de um espírito empreendedor e criativo, acentuando a ideia que o desenvolvimento local é também um assunto das PME. Como exemplos de actividades apoiadas pelo LEADER e que têm ajudado a criar pequenas empresas podem-se referir a criação de serviços na área da restauração, unidades artesanais em diversos domínios de actividade, pequenas unidades de produção de mobiliário, oficinas de carpintaria, empresas de reciclagem, serviços agro-ambientais, animação ou alojamento turístico, design, comunicação, consumíveis informáticos, serviços

de apoio à gestão da empresa agrícola e de apoio ao pequeno comércio local, entre outros. O que importa reter é que muito do apoio financeiro foi gerador de pequenos negócios directamente relacionados com as singularidades locais e que contribuíram positivamente para a modernização de pequenos serviços, para a aquisição de equipamentos diversos ou para a divulgação e promoção de actividades variadas. Os beneficiários finais destes projectos são empresários em nome individual ou colectivo, sociedades ou pequenas organizações que actuam no âmbito do turismo, agricultura, ambiente e mesmo da economia social.

Uma vez que as estratégias e planos de acção LEADER+ são definidos a nível local, o apoio às micro, pequenas e médias empresas está enquadado nas opções estratégicas e prioridades estabelecidas por cada Grupo de Acção Local (GAL), para os diversos territórios abrangidos. A incerteza do futuro ou o acto de arriscar tem um sentido muito forte nas zonas rurais, onde a fragilidade do tecido económico e social se acentua. Para além do indispensável papel das autarquias e das políticas centrais e regionais, o apoio do LEADER tem sido fundamental no desenvolvimento de pequenas empresas, na valorização e crescimento dos capitais envolvidos em novas actividades e numa certa desburocratização, apoio e agilização a novas formas de empreendedorismo. Contudo, o apoio à criação de PME requer políticas públicas coerentes, instrumentos precisos e uma intervenção orientada para objectivos a médio e longo prazo que, por conseguinte, transcendem o quadro de actuação do LEADER+, que desempenha um papel de natureza complementar.

As Associações de Desenvolvimento Local (ADL) têm, assim, um papel importante na criação de novas actividades empresariais em meio rural, embora a sua designação reúna, em si, um paradoxo: se, por um lado, as suas funções são de dinamização e valorização de recursos e potencialidades, por outro lado, as ADL são consideradas, juridicamente, entidades "não lucrativas" o que as limita de desempenharem, por si só, um papel interveniente na resolução da sua própria sustentabilidade financeira, criando e vendendo serviços inovadores e de interesse local, que poderiam simultaneamente contribuir para a dinamização empresarial e sociocultural.

Maria do Rosário Serafim  
Rede Portuguesa LEADER+/IDRHA



Vermeij (Mirena Grande) / São Limão

Entrevista a Augusto Mateus

# “Temos défice de qualidade de iniciativa”

Economista, professor catedrático do Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) da Universidade Técnica de Lisboa, investigador e consultor na área da macroeconomia, política económica, estratégia empresarial e da avaliação de programas e políticas de desenvolvimento, Augusto Mateus defende que a maior limitação da economia portuguesa é o baixo nível de formação e qualificação da população activa. Em entrevista ao “Pessoas e Lugares”, o antigo secretário de Estado da Indústria e ministro da Economia do Governo de António Guterres, não pôde deixar de sublinhar o importante papel que as políticas públicas têm, infelizmente, nas PME portuguesas.

Em Portugal, tal como noutros países europeus, as Pequenas e Médias Empresas (PME) constituem o principal modelo empresarial. Em comparação às suas congéneres europeias, em que aspectos se verifica o atraso das PME portuguesas?

Não há economia onde as PME não sejam largamente dominantes. A economia portuguesa não foge à regra. Normalmente, os indicadores mais interessantes são ao nível do emprego porque, em número as PME constituem sempre cerca de 99 por cento do tecido empresarial.

A maior limitação da nossa economia é o baixo nível de formação e qualificação da população activa. Todos os estudos sobre o desempenho dos sistemas educativos na Europa mostram que Portugal está muitíssimo mal colocado a este nível. Depois, durante muito tempo, abusou-se do que era barato (a mão-de-obra e os recursos naturais) criando um modelo empresarial gerador de mais e mais trabalho mas pouco qualificado, e sem contabilizar como custos a utilização dos recursos naturais e a sua própria relação ecológica. O que significa também um atraso tecnológico e ambiental. Existem certos sectores de actividade onde a internacionalização é extremamente decisiva, e outros onde ela não faz sentido. O mesmo em relação à inovação. O pior que pode acontecer numa economia é termos ideias erradas sobre a interpretação da sua estrutura e as motivações para o seu desenvolvimento.

Quais os sectores de actividade que destacaria?

Por exemplo, no sector do metal, que é bastante importante em Portugal, a própria evolução dos equipamentos conduziu a um progresso mais significativo do que em outras actividades onde o desenvolvimento tecnológico não foi tão acentuado. De uma forma geral, pode dizer-se que tem havido uma superação destes atrasos por via de uma modernização empurrada pela aquisição de novos equipamentos e não tanto por uma melhoria global da empresa ou da sua organização.

Contudo, o papel das PME é decisivo quer na economia nacional quer europeia.

As PME são absolutamente fundamentais, sobretudo no actual contexto em que a economia confere às PME um papel novo. Actualmente, o pólo dinâmico da economia é muito mais a procura do que a oferta. Hoje, ao lado da força das economias de escala existe a possibilidade de enorme sucesso numa lógica de especialização, sendo possível desenvolver uma actividade extremamente produtiva em termos económicos com base em unidades de pequena dimensão altamente especializadas.

Maria do Rosário Araújo

A própria ideia de desenvolvimento sustentável, o que traz é a possibilidade de uma nova abordagem, em que um conjunto de bens e serviços são construídos num diálogo muito forte com o território, os recursos naturais e o património. Não numa lógica sequencial, partindo da terra, dos minérios ou da floresta, mas partindo de produtos e serviços claramente diferenciados e distintivos e que permitem criar riqueza nas

regiões. O essencial é a qualidade da iniciativa empresarial, o chamado empreendedorismo. Daí que as PME sejam muitíssimo importantes, sobretudo se forem organizadas numa perspectiva de ligação directa ao mercado. E esse é também um dos principais problemas das PME portuguesas. Muitas vezes a iniciativa não é suficientemente rigorosa nem correctamente orientada, desvalorizando aquilo que é fundamental para a vida das PME - o mercado.

Desde há muito que os governos têm revelado consciência do atraso das PME nacionais, tentando promover políticas de apoio ao seu desenvolvimento.

O que nós precisamos é de uma mente mais estável para que as pessoas possam tomar mais riscos. É muito difícil correr o risco da iniciativa empresarial quando tudo está indefinido, é aleatório e discricionário. O Estado pode facilitar esta realidade. Em Portugal as políticas públicas têm ainda, infelizmente, um papel muito importante na estabilização da envolvente das empresas. Por outro lado, na actual conjuntura temos taxas de juro bastante baixas, o que significa que existem condições razoáveis para qualquer pessoa iniciar uma actividade empresarial. O que me parece fundamental é que, do ponto de vista processual, as empresas, sobretudo as mais pequenas, contem com um quadro fiscal muito mais simples. Porque se os agentes económicos sentem que a administração fiscal não funciona, criam-se situações de concorrência fiscal entre as empresas. O Estado deve, em primeiro lugar, facilitar a vida aos cidadãos e às empresas. Numa sociedade desenvolvida, de um modo geral, seja qualquer for a actividade e o local onde é desenvolvida, a riqueza produzida é sempre mais ou menos a mesma. Em Portugal não é assim. A riqueza produzida varia muito de actividade para actividade e de local para local. Esse é o principal desafio das políticas públicas: produzir em equidade e igualdade de oportunidades. Não podemos ter a ideia de que por decreto, por voluntarismo, vamos pôr igual o que nunca será igual. Muitas vezes diz-se, apressadamente, que em Portugal há pouca iniciativa. Não é verdade. Nós não temos défice de iniciativa mas um défice de qualidade da iniciativa.

Que balanço faz dos últimos anos?

Uma enorme confusão, sobreposição e muito ruído. Há empresas que pura e simplesmente “fogem” dessas iniciativas, porque não querem ter a carga burocrática nem os riscos aleatórios das decisões favoráveis ou desfavoráveis. E outras que se viciaram nessa multidão de apoios e instrumentos que vão permitindo sucessivos balões de oxigénio sem que elas verdadeiramente consigam subsistir no mercado com competitividade.

O actual Governo fala em constituição de empresas num dia. Acha que é uma medida exequível e com viabilidade?

Em Portugal havia uma burocracia monumental quando outros países já tinham feito um caminho muito fácil, o *one-stop-shop*. Isto é, o Estado organiza-se de modo que os seus diferentes serviços surjam junto dos cidadãos e das empresas como um só. Em Portugal criaram-se [em 1998] os Centros de Formalidades de Empresas (CFE) exactamente para acabar com a lentidão burocrática. Os CFE fizeram o seu caminho e a sua generalização e difusão resolve esse problema. Mas o que importa é que haja uma forte proximidade e simplificação do ponto de vista dos serviços de interesse geral, seja para os cidadãos seja para as empresas. Creio que seja possível criar empresa num dia - e lá chegaremos rapidamente - mas não todas aquelas que podem ser criadas. E interessa é que seja para todas e não para uma ou duas.



Num congresso de empresários que coordenou, em Viseu de 2000, defendeu que alguns factores adversos, como a desertificação, se poderiam tornar vantagens. Neste contexto, não considera que as PME em meio rural têm dificuldades acrescidas?

Penso que algumas das pseudo dificuldades da interioridade ou das regiões menos desenvolvidas podem ser facilmente convertidas em vantagens, sobretudo se for possível organizar uma procura mais diferenciada. Por exemplo, no sector do turismo, existem boas experiências de propostas turísticas feitas numa lógica de diferenciação. Se, por um lado, nas sociedades mais desenvolvidas se verifica o envelhecimento da população, por outro, existe hoje em dia uma população com tempo disponível, elevado poder de compra e que procura novos produtos e serviços que estão muito ligados ao que estes territórios têm para oferecer (se organizados empresarialmente). Isto tem a ver com o termalismo, a gastronomia, com todas as propostas de produtos turísticos associados à Natureza e ao lazer. A questão, mais uma vez, é saber fazer a ligação entre a produção e o mercado.

**As Associações de Desenvolvimento Local têm mostrado alguma preocupação em apoiar e estimular a instalação de PME em meio rural. Na sua opinião, estas entidades podem ter um papel importante a este nível?**

O que conheço tem bastante mérito e valor. Por um lado, as Associações de Desenvolvimento Local (ADL) podem simplificar drasticamente a estrutura empresarial. Existe um conjunto de serviços, da contabilidade à promoção, para os quais as empresas (estamos a falar de microempresas ou de empresas que se confundem com uma pessoa) devem estar articuladas com uma plataforma de base de serviços. As ADL podem perfeitamente desenvolver essa plataforma. Estas associações têm também, na minha opinião, uma função de intermediação. Uma ADL pode ter uma pequena estrutura empresarial para todas as unidades que existem no seu território, fazendo a ligação entre os produtores e o mercado. Em Portugal existe também um bloqueio cultural acerca do que é a vida empresarial. Muitas vezes atribui-se ao termo negócio qualquer coisa de pejorativo. Ora, não se cria riqueza sem ser através de negócios e isso tem a ver com mobilizar recursos para fazer bons produtos, pô-los no mercado e investir o lucro. É preciso perceber que uma parte substancial daquilo que nós queremos defender e valorizar passa por uma vida empresarial mais dinâmica. É um aspecto que as ADL também poderiam agarrar como uma das suas missões, até porque o nosso país não tem qualquer possibilidade de satisfazer as expectativas de vida dos nossos jovens a não ser com muito mais iniciativa empresarial.

**Sectores tradicionais como os têxteis enfrentam hoje a concorrência feroz de alguns países asiáticos. Em relação à concorrência dos países da União Europeia, acha que Portugal está preparado para uma Europa a 25?**

A partida não se pode dizer que vai ser bom ou mau. Há elementos ameaçadores e outros de grande oportunidade. A primeira questão é esta: os milhões de pessoas que vivem e trabalham nos países que acabaram de entrar na União Europeia (UE) têm salários que são sensivelmente metade dos que se pagam em Portugal e têm mais quatro anos de escolaridade. Os portugueses habituaram-se às oportunidades de ser o país dos salários mais baixos da UE. Ora isso acabou!

O que o alargamento da UE e a globalização vêm provocar é a necessidade dos portugueses se encontrarem com a história, da qual têm andado a fugir nos últimos 10, 15 anos, tentando manter uma situação que não era muito sustentável, a menos que a nossa economia fosse muito grande e pudesse ser fechada: como é muito pequena e não pode ser fechada não temos solução. Quer o alargamento quer a globalização devem ser lidas mais como oportunidades do que ameaças, desde que nós tenhamos capacidade para entrar em novas actividades e alterar o modelo de negócio daquelas em que já estamos.

**Qual é o maior desafio?**

Não é o de ir contra a história. Aquilo que a China tem hoje de competitividade em relação à Europa, já teve Portugal nos anos 60, 70. Não podemos é fazer sempre a mesma coisa. O êxito que temos em certos sectores temos de o converter para novas actividades. E esse tem sido o grande problema da economia portuguesa: uma grande dificuldade de adaptação e evolução. Todas as coisas nascem, amadurecem e morrem. As empresas conseguem subsistir porque têm um elixir de juventude que nós não temos.



**“Quer o alargamento [da União Europeia] quer a globalização devem ser lidas mais como oportunidades do que ameaças.”**

Não há problema nenhum que Portugal deixe de produzir *t-shirts*, desde que tenhamos capacidade de fazer evoluir a nossa gama de produtos porque temos uma enorme experiência no sector e somos muito bons industrialmente. E até aqui, não temos tido a capacidade de desenvolver produtos de maior valor acrescentado. Daqui a menos de 10 anos, seguramente mais de 35 por cento do mercado têxtil no seu conjunto será ocupado por têxteis técnicos, onde a China não tem, por enquanto, qualquer possibilidade de ser competitiva, e onde países, como Portugal, podem ser extremamente competitivos. Se nós, em vez de chorarmos a perda das *t-shirts*, aplicarmos essa dose de acção para fazer coisas novas, só teremos de ser capazes de renovar aquilo em que já alcançamos massa crítica. Creio que é esse o desafio que temos pela frente e podemos enfrentá-lo com determinação, mas sem esquecer que a situação é muito complicada e difícil.

**Embora nos últimos anos o uso do termo empreendedorismo tenha saltado dos dicionários, Portugal continua a apresentar uma das mais baixas taxas de actividade empreendedora. Na sua opinião, quais são os factores que explicam esta realidade?**

Por um lado, muito do que se diz empreendedorismo, na realidade, não o é. Basicamente o que nós estamos a fazer é um percurso que todas as sociedades já fizeram, que é a separação da propriedade da gestão. Uma coisa é ser proprietário, outra é gestor e outra ainda é empreendedor. São três funções completamente diferentes. O proprietário é quem correu o risco, disponibilizou os recursos. O gestor é quem deve gerir os recursos com eficiência. O empreendedor não é quem gere nem é proprietário, embora possa acumular essas funções, mas quem consegue identificar necessidades e recursos, quem vê longe. A função do empreendedor é de iniciativa de risco, de pioneirismo. Uma função que não está ao alcance de qualquer um nem se adquire nem numa licenciatura, mestrado ou doutoramento.

**Quer dizer que o empreendedorismo é inato, não pode ser adquirido?**

O empreendedorismo pode ser adquirido mas não como uma competência formal. Algumas características são, de alguma forma, inatas. Não posso inscrever-me num curso para ficar empreendedor. Agora, sendo empreendedor tenho tudo a ganhar com bons cursos que, felizmente, começam a existir no nosso país. Licenciatura ou mestrado são fórmulas que não me agradam muito, até porque me parece fundamental que essas iniciativas surjam nas escolas profissionais e tecnológicas.

**O empreendedorismo é também uma questão cultural. Considera que é importante que o espírito empreendedor comece a ser fomentado nas escolas, logo nos primeiros anos?**

Sim. Culturalmente, as pessoas devem ter um processo educativo em que seja tão tranquilo vir a ser assalariado como empregador. Nas escolas, importa tornar natural a responsabilidade de uma pessoa criar o seu próprio futuro. De incutir a ideia de que vale a pena tentar. Tal bastaria para uma mudança muito significativa na nossa economia.

Mas devemos ter alguma neutralidade sobre que caminhos a seguir porque, à partida, depende das capacidades e das oportunidades de cada um. De um modo geral, em Portugal e em outros países, o destino normal de um cidadão é ser assalariado. O que importa é abater estas fronteiras. A meu ver, a questão do empreendedorismo tem a ver com valores culturais e práticas de cidadania. Não se fabrica nem compra empreendedorismo.

Entrevista de **Paula Matos dos Santos**

Associação Beira Atlântico Parque

# Parque Tecnológico



O projecto de desenvolvimento de um parque tecnológico na Região Litoral Centro é uma ambição antiga das entidades e instituições ligadas ao ensino, investigação e inovação, aqui localizadas.

A Associação Beira Atlântico Parque (ABAP) surge na sequência de uma reflexão de várias entidades ligadas a Cantanhede, lideradas pela sua Câmara Municipal, que consideraram dispor da localização e meios indicados para a concretização deste objectivo regional.

É no sentido de concretizar esta

ambição que a Associação Beira Atlântico Parque lançou este projecto, que pretende ser o início de um processo de concretização, em termos empresariais, de todo o rico potencial científico, inovador e cultural da região atlântica da Beira.

A ABAP tem como objectivo o desenvolvimento de projectos mobilizadores a nível regional, de forma a garantir dimensão para a atracção de investimentos competitivos a nível global e apoiar iniciativas locais de desenvolvimento. Uma das prioridades da associação é a dinamização de parcerias entre entidades locais e internacionais, no âmbito de projectos de desenvolvimento tecnológico, cultural e social.

Os seus alvos preferenciais são as actividades relacionadas com a nova economia e investigação: biotecnologia, genética, Internet e multimédia, e tecnologias de informação. Presentemente, a área da biotecnologia é a grande aposta do Beira Atlântico Parque. Está em fase de construção um Centro de Transferência em Biotecnologia (BIOCANT).

Para a prossecução destes objectivos, a Associação Beira Atlântico Parque é constituída por 16 associados: Câmara Municipal de Cantanhede, Câmara Municipal de Mira, AD ELO - Associação de Desenvolvimento Local da Bairrada e Mondego, Adega Cooperativa de Cantanhede, AEC - Associação Empresarial de Cantanhede, Câmara Municipal da Mealhada, Câmara Municipal de Anadia, Câmara Municipal de Sever do Vouga, Câmara Municipal de Vagos, FRIE (Grupo Caixa Geral de Depósitos), IPN - Instituto Pedro Nunes, Universidade de Aveiro, AIBILI - Associação para a Investigação Biomédica e Inovação em Luz e Imagem, ANE - Associação Nacional das Empresárias, CNC - Centro de Neurociências de Coimbra ETPC, e Escola Técnico Profissional de Cantanhede, e dispõe de um património associativo significativo, detido maioritariamente pela Câmara Municipal de Cantanhede.

Ao nível do empreendimento, o núcleo central do Beira Atlântico Parque será construído numa área de 70 mil metros quadrados situada em Cantanhede, nas proximidades da zona industrial.

Esta área dispõe de óptimos acessos rodoviários e está inserida no desenvolvimento do tecido urbano e empresarial da cidade. Cantanhede conta com uma posição privilegiada por se situar no centro de um triângulo formado por três cidades de média importância (Coimbra, Aveiro e Figueira da Foz), sendo o concelho atravessado pela A1 (auto-estrada

Lisboa - Porto) a norte, IP3 a sul e IC1 a oeste. A curto prazo está já projectado o Itinerário Complementar - IC1 que liga todo o litoral. Cantanhede está ainda servida pela linha férrea que procede da Figueira da Foz e que tem ligação à linha da Beira Alta. Convém também referir, devido à sua proximidade e importância que têm a nível nacional, os portos marítimos de Aveiro e da Figueira da Foz.

Este núcleo central é composto por quatro segmentos principais: Administração e Serviços, BIOCANT, Edifícios para a instalação de PME, e Lotes para Construção.

Ao nível da Administração e Serviços, o edifício sede encontra-se dividido pelas seguintes funcionalidades: serviços administrativos do parque, salas de formação, sala de vídeo-conferência, auditório com 150 lugares, e espaço para delegações Institucionais.

O BIOCANT é um Centro de Investigação e Desenvolvimento (I&D) criado pela Câmara Municipal de Cantanhede em parceria com o Centro de Neurociências de Coimbra e o Beira Atlântico Parque. Está sediado no Pólo de Cantanhede do Beira Atlântico Parque num edifício construído de raiz para albergar as Unidades Tecnológicas do BIOCANT - genómica, biologia celular, biotecnologia molecular e microbiologia. Disponibiliza um conjunto de tecnologia avançada e recursos humanos para desenvolver I&D na área de biotecnologia em colaboração com empresas instaladas no Parque Tecnológico.

## Instalação de PME

Também está prevista a construção de edifícios para a instalação de PME (Pequenas e Médias Empresas) preferencialmente na área da biotecnologia, a construir por fases pela sociedade gestora, de forma a poder albergar empresas que não estejam interessadas em despende recursos, tempo e energia na construção de instalações.

Ao nível dos Lotes para Construção, o Parque Tecnológico de Cantanhede tem prevista a disponibilização de oito lotes para construção de instalações próprias pelas empresas ou por promotores independentes. Com o avançar do projecto prevê-se uma expansão do parque para terrenos contíguos.

O projecto do Beira Atlântico Parque tem por base uma estratégia de desenvolvimento multipolar de base regional, pelo que diversas iniciativas têm sido levadas a cabo no sentido de fomentar a emergência de novos projectos numa óptica de complementaridade. Neste contexto assistiu-se já à criação de uma Incubadora de Empresas (AIBAP) com sede no pólo tecnológico de Mira.

O início deste processo remonta há mais de cinco anos com a entrega da primeira candidatura, ainda no âmbito das "Medidas Voluntaristas do PEDIP II". Só no ano de 2004 é que se estabeleceram os contratos financeiros das participações aprovadas num montante de 3 750.000€ para a ABAP e 3 000.000€ para o projecto da AIBAP.

Para estes projectos de dinamização económica de base tecnológica é fundamental a mobilização de todos os recursos regionais (humanos, materiais, financeiros e outros). No entanto, sem uma vontade institucional forte dos diversos parceiros envolvidos não é possível concretizar acções com uma visão de desenvolvimento a longo prazo.

Mário Fidalgo  
António Santos  
AD ELO

# As PME e o desenvolvimento rural

Desde a sua fundação, a ADD - Associação de Desenvolvimento do Dão tem dispensado uma atenção redobrada ao sector secundário. Apesar de estar inserida numa região predominantemente rural, cedo denotou que a fixação da população não passava só pela agricultura.

Até porque, para os mais jovens, a agricultura estava - e ainda está - associada a um trabalho duro e de baixos rendimentos. Para os mais velhos, a inovação do modo de fazer, dos meios utilizados, do *marketing* e da comercialização, são conceitos totalmente fora do seu alcance.

As políticas agrícolas não têm estimulado a fixação da população na agricultura. Subsídios por perda de rendimentos ou para manutenção de uma agricultura de subsistência não conduzem - como está comprovado - a uma agricultura competitiva. Esta só será atingida quando for realizada por um número diminuto de empresários agrícolas, geradores de empregos duradouros e devidamente remunerados. Apostando em produções rentáveis, como o queijo, vinho, azeite, enchidos, hortícolas, fruta, conciliadas com produções alternativas, como por exemplo, ervas aromáticas e cogumelos.

Mas até que ponto esta redução efectiva da população activa na agricultura, não acarreta mais desemprego? É precisamente aqui que entra a nossa perspectiva de desenvolvimento para o território, e que passa pela criação e estímulo à instalação de novas empresas do sector secundário e até do terciário em meio rural. Este objectivo permitirá um aumento do rendimento familiar, fixando inevitavelmente a população, estimulando obrigatoriamente a pequena agricultura, evitando desse modo o abandono das terras produtivas.

## PME permitem a manutenção da agricultura tradicional

É também óbvio que uma situação destas, sendo estrutural, não tem visibilidade imediata, principalmente se tivermos em conta os reduzidos recursos financeiros e humanos disponíveis, no âmbito dos programas geridos pela ADD. De qualquer forma, este processo já foi iniciado. A insistência na fixação da população idosa na agricultura, através de meios paliativos que absorvem milhões de euros, não surtiu qualquer alteração da situação. Os sucessivos governos insistiram em manter esta actuação, talvez até "pressionados" pelas organizações do sector, com o argumento de que o mundo rural está apenas associado à agricultura. Esta perspectiva, para além de errada, é discriminatória, o espaço rural insere-se também neste mundo globalizado. As suas populações aspiram a viver nele, com condições sociais, económicas e culturais, se não iguais às dos grandes centros, pelo menos muito próximas, mantendo uma qualidade de vida acrescida, por estar inserida em meio rural. Alguns demagógicos e tecnocratas, associados a algumas organizações privadas do sector, insistem em considerar o mundo rural como exclusivamente agrícola, mesmo que de subsistência. Porém, nestes últimos 30 anos de democracia e pluralidade, a realidade é completamente diferente. Esta problemática é agravada ainda mais pelo cumprimento rigoroso e inflexível de directivas comunitárias, transpostas para a legislação nacional de modo totalmente rígido. Principalmente no que respeita às questões relacionadas com o licenciamento e a produção, que desmotivam os produtores e mantêm uma economia paralela.

A aposta nas Pequenas e Médias Empresas (PME) induz também ao reforço da produtividade agrícola, na medida em que ao fixar a população no território, permitirá a manutenção da agricultura tradicional de subsistência. A ADD ao longo destes 11 anos de existência canalizou mais de 50 por cento dos recursos financeiros que teve à sua disposição para o sector produtivo. São variados os exemplos de apoios à agricultura empresarial, principalmente na produção e comercialização de fruta e vinho, nomeadamente da Maçã Bravo de Esmolfe e Vinho do Dão.

No que respeita à gestão do Programa de Iniciativa Comunitária LEADER+/ADD já foram, à data, aprovados 31 projectos no sector produtivo, representando 52 por cento do montante total do Plano de Desenvolvimento Local (PDL), tendo criado 47 postos de trabalho, dos quais 37 são ocupados por mulheres. Tenta-se privilegiar, a este nível, projectos promovidos por mulheres, havendo uma discriminação positiva permitindo, assim, o acesso de mulheres a sectores predominantemente masculinos.

Porém, deparamo-nos diariamente com microempresas em situação de falência, motivadas em muitos casos por dívidas ao Estado, resultado de falta de conhecimento e informação correcta. Neste âmbito, a ADD tem auxiliado e orientado a gestão de algumas pequenas empresas, com vista a uma correcta e eficaz recuperação financeira, em sintonia com as obrigações fiscais.

Todas estas questões relacionadas com o desenvolvimento estão também associadas ao ordenamento urbano e florestal. Nalguns casos, os distúrbios realizados nas últimas décadas são quase irreversíveis, contribuindo para uma descaracterização real do território, o que pode prejudicar a actividade turística.

A ADD quer ver o mundo rural em harmonia entre paisagem e as condições exigíveis com o mundo moderno. Principalmente quer que isso se faça com pessoas motivadas por viver a sua ruralidade por opção e não por obrigação.

ADD



Secundários (Salgo) / ADD

## Projecto CRER

## Criação de Empresas em Espaço Rural

A ADRIMAG - Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Serras do Montemuro, Arada e Gralheira está a desenvolver um projecto, no âmbito da Iniciativa Comunitária EQUAL, intitulado CRER - Criação de Empresas em Espaço Rural. O projecto é promovido por uma parceria de desenvolvimento com instituições locais e regionais, nomeadamente, AECA - Associação Empresarial do Concelho de Arouca, ANJE - Associação Nacional de Jovens Empresários, CRVCC (Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências) de Sever do Vouga, Desafios, Desporto e Aventura, Lda., Escola Tecnológica de Vale de Cambra e SEMA - Associação Empresarial de Universidade de Aveiro.

O projecto tem por abrangência a área dos municípios de Arouca, Castro Daire, Castelo de Paiva, Cinfães, São Pedro do Sul, Sever do Vouga e Vale de Cambra e está, neste momento, na Acção 1. Ou seja, na fase de constituição da parceria de desenvolvimento nacional e transnacional e aprofundamento do diagnóstico de necessidades, enquadrando-se na prioridade de espírito empresarial e na área de intervenção de criação de empresas e desenvolvimento local.

Com o desenvolvimento do CRER, a ADRIMAG e a parceria de desenvolvimento do projecto pretendem criar uma estrutura para testar ideias de negócios, em meio rural, através da adaptação e incorporação de metodologias e instrumentos existentes noutros países, nomeadamente as couveuses, desenvolvidas no território francês.

Pretende-se igualmente identificar oportunidades de negócio na área de intervenção da ADRIMAG, ligadas ao desenvolvimento das potencialidades do território: turismo, agricultura e artesanato e seleccionar pessoas com

o perfil empreendedor e profissional adequado para o desenvolvimento das ideias de negócio identificadas.

As ideias de negócio vão ser testadas com apoio, aconselhamento e formação aos potenciais empreendedores, baseado num metodologia de *mentoring* desenvolvida pela parceria do projecto.

Sendo o EQUAL uma Iniciativa Comunitária, a cooperação transnacional deve estar presente na execução do projecto. A parceria transnacional do CRER já está constituída e conta com entidades da Bélgica, França e República Checa, tendo a componente transnacional do projecto o nome de ENTRE - *Transitions towards Entrepreneurship*.

No caso particular deste projecto, a cooperação transnacional irá ser preponderante para o desenvolvimento das actividades nacionais, uma vez que se pretende transferir, incorporar e adaptar metodologias desenvolvidas noutros países, nomeadamente na França e na Bélgica, à realidade regional e nacional. Serão criados grupos de trabalho transnacionais relacionados com as actividades que se pretendem desenvolver ao nível nacional, pelo que os contributos, trocas de experiências, visitas de estudo e troca de agentes de desenvolvimento vão assumir uma importância crucial no progresso e inovação das actividades definidas.

O projecto tem como destinatários a população residente em meio rural, nomeadamente, desempregados, mulheres, jovens que pretendam criar empresas e ainda os agentes de desenvolvimento do projecto que irão desenvolver competências na área de criação de empresas e *mentoring* para poderem apoiar e acompanhar os beneficiários do projecto.

Susana Martins  
ADRMAG

## NOVA ADAE

## Prestação de serviços e consultoria às empresas



Ano de 2003. A ADAE - Associação de Desenvolvimento da Alta Estremadura, gestora do Programa de Iniciativa Comunitária LEADER II e, actualmente, LEADER+, desenvolvendo o seu trabalho entre muitos problemas para os quais tentava contribuir para a sua minimização, deparava-se com um dos mais preocupantes para a dinâmica do seu território.

Por um lado, o problema dos artesãos que, embora produzindo de forma regular, acumulavam os seus produtos, por não terem um circuito de comercialização minimamente estável e, por outro, o crescente abandono desta actividade, pondo mesmo em risco o desaparecimento de alguns produtos identitários do mundo rural da Alta Estremadura.

Perante esta situação era urgente que a ADAE desenvolvesse formas de intervenção concretas que permitissem a minimização deste grave problema que, de forma gradual, se generalizava e agudizava na sua Zona de Intervenção (concelhos de Batalha, Leiria, Marinha Grande, Ourém e Porto de Mós). É então - a 30 de Setembro de 2003 - que a Direcção da ADAE após analisar esta possibilidade quer técnica, quer fiscalmente, promove a criação de uma empresa Unipessoal, Lda. - a NOVA ADAE - Prestação de Serviços e Comercialização de Produtos Agroalimentares Unipessoal, Lda., cujo objectivo é a "Prestação de serviços e consultoria às empresas e às entidades públicas e privadas. Elaboração de projectos de investimento. Organização e desenvolvimento de acções de formação. Comercialização de produtos

regionais: Agro-alimentar, artesanato". Desenvolvidos todos os preceitos legais, é em 2004 que surge a NOVA ADAE, através de escritura pública. Esta empresa foi objecto de apoio financeiro no âmbito do programa LEADER+, com um investimento considerado de 16 274,00 euros e um financiamento total de 6 997,82 euros (taxa de financiamento 43 por cento a fundo perdido, 28 por cento FEOGA Orientação e 15 por cento MADRP). Dando sequência ao trabalho de parceria que a ADAE vinha desenvolvendo com a ProRegiões - Promoção das Regiões, Lda., no âmbito da divulgação, promoção e venda dos produtos locais de qualidade, a NOVA ADAE é a oportunidade necessária para a viabilização da abertura da Loja do Mundo Rural da Batalha, onde podem ser adquiridos produtos genuinamente artesanais (artesanato e agro-alimentar) de todo o continente e ilhas, com especial incidência dos produtos da Zona Intervenção da ADAE.

Esta loja tem-se revelado fonte de interesse dos artesãos levando, por um lado, a que estes se organizem e, por outro, a estabilizar a sua actividade, estando muitos deles em processo de legalização e reconhecimento no âmbito do PPART - Programa para a Promoção dos Ofícios e das Microempresas Artesanais.

Embora com apenas alguns meses de actividade, a NOVA ADAE é já um importante contributo para a dinamização, promoção e comercialização dos produtos locais de qualidade, sendo entendimento que a região necessita deste tipo de iniciativas que, de forma indirecta, promovem e viabilizam a continuidade dos produtos locais identitários.

A Nova ADAE criou postos de trabalho e está de forma gradual a promover a dinamização dos produtos locais da Alta Estremadura, revelando-se um importante factor de dinamização das artes, tradições e identidade de um povo que teima em preservar e transmitir às diferentes gerações a sua identidade, orgulhando-se das suas raízes.

Alicia Costa  
ADAE



Foto: Dão (Penalva do Castelo/Mangualde) / ADD

Localização central e acessibilidades razoáveis, não isentam o Vale do Dão de sofrer problemas da interioridade. Redução demográfica, envelhecimento e desemprego, que procuram ser contrariados pelo apoio à iniciativa empresarial e respostas de âmbito social.

Aguiar da Beira, Mangualde, Nelas, Penalva do Castelo e Sátão. Cinco concelhos, o primeiro pertencente ao distrito da Guarda, os restantes quatro a Viseu, constituem o território da ADD - Associação de Desenvolvimento do Dão.

Um total de 65 freguesias, espalhadas ao longo de 886,6 km<sup>2</sup> de uma zona essencialmente declivosa, cuja altitude máxima atinge os 923 m em Aguiar da Beira. Apesar de montanhoso, a maioria do território assenta em superfícies mais aplanadas, que variam entre os 300 e 500 metros de altitude, e estão quase compreendidas por um conjunto de três rios: Vouga e Távora, a norte, e Mondego mais a sul. O território é ainda atravessado pela bacia hidrográfica do Dão, que dá nome ao território. Trata-se de uma área essencialmente florestal e agrícola.

Em termos de situação e acessibilidade, a zona de intervenção (ZI) da ADD beneficia de uma boa localização geográfica, próxima de uma cidade de média dimensão (Viseu), e conta com um conjunto de acessibilidades razoáveis. É atravessada pelo IP5, fica próxima do IP3 e é cruzada pela linha ferroviária da Beira Alta.

Panorama que não se reflecte ao nível da demografia. De acordo com os resultados definitivos dos Censos de 2001, do Instituto Nacional de Estatística (INE), o conjunto dos cinco concelhos que constituem o território apresenta um total de 63 683 habitantes, que corresponde a uma densidade populacional de 71,82 habitantes por km<sup>2</sup>.

Números que indicam um decréscimo populacional de -3,26 por cento em relação a 1991, e que equivalem a uma quebra de 1976 indivíduos. Aguiar da Beira é o concelho mais atingido por esta tendência, registando um decréscimo de -7,1 pontos percentuais, seguindo-se Mangualde, com -3,8 por cento. Resultados do território, que contrastam com a tendência de evolução populacional da NUT III Dão – Lafões, que apresenta um aumento de 1,4 por cento.

A propensão para o esvaziamento populacional inclui-se na lista de preocupações da ADD. De acordo com Emanuel Ribeiro, coordenador do Grupo de Acção Local (GAL) da associação, o problema do território não se limita a dificuldades de manutenção do efectivo populacional, pois também “não consegue atrair pessoas”.

A estes factos adiciona-se uma escassa capacidade de rejuvenescimento. Como acontece noutros territórios do interior, o fenómeno de quebra populacional atinge a sua máxima expressão no segmento de “0-14 anos”. No seu conjunto, o Vale do Dão regista uma quebra de -30,48 por cento, sendo mais uma vez Aguiar da Beira o concelho mais afectado (-33,5%). Nelas e Penalva do Castelo apresentam números muito próximos, com -33,2% e -31,2 por cento, respectivamente.

O fenómeno inverso ocorre na classe de idades “65 ou mais anos”. O território apresenta uma subida de 18,28 por cento neste escalão, verificando-se um crescimento mais acentuado nos concelhos de Sátão (22,4%) e Nelas (21,8%). Valores que disfarçam a tendência de decréscimo do efectivo populacional. Segundo a técnica da ADD, Cristina Saraiva, o decréscimo só não é mais acentuado “devido ao aumento de longevidade”.

Em termos económicos, o sector primário mantém-se expressivo. Todos estes “concelhos foram iminentemente agrícolas”, assinala Emanuel Ribeiro. O sistema agrícola caracteriza-se pela policultura, estando criadas as condições adequadas para a proliferação da ovicultura, olivicultura e fruticultura.

Na actualidade, a importância do sector agrícola não acontece de forma homogênea nos cinco concelhos, dado que Nelas e Mangualde apresentam um sector secundário mais desenvolvido.

Ao nível das potencialidades, Cristina Saraiva acredita que a “rendibilidade está associada a produtos muito precisos”. Os chamados produtos de qualidade como o vinho do Dão, maçã Bravo de Esmolfe, castanha de Soutos da Lapa ou queijo Serra da Estrela.

No entanto, ao nível das sociedades sediadas, e de acordo com dados da Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR-C) relativos ao ano de 2002, este sector corresponde a apenas 4,9 por cento do total, revelando escassa iniciativa empresarial.

Já o sector secundário apresenta índices de ocupação elevados. Segundo dados do Plano de Desenvolvimento Local (PDL) da ADD, atinge 33 por cento de ocupação, mas em termos de sociedades sediadas, não vai além dos 28,2 por cento.

Os concelhos de Mangualde e Nelas são os mais dinâmicos neste sector, verificando-se a fixação de algumas empresas de grande dimensão, incluindo multinacionais. Em Nelas, ocupa 35,5 por cento da população activa, sendo constituído por áreas diversas como plásticos, aglomerados de madeira, mobiliário de escritório e acessórios da indústria automóvel. Nos outros municípios, o cenário é um pouco diferente. Apesar de todos os concelhos terem parques industriais, em Penalva do Castelo, Aguiar da Beira e Sátão existem essencialmente “muitas microempresas”. Para um maior crescimento do sector “falta apoio e aconselhamento”, revela Cristina Saraiva. Uma carência que a ADD tem procurado dissimular, através do apoio prestado às pequenas empresas do território. Segundo a mesma técnica, a partir de dúvidas e receios dos pequenos empresários, “geram-se situações complicadas”, que podem pôr em causa o sucesso das iniciativas. Por fim, o sector terciário, ainda de acordo com os mesmos dados do PDL da ADD, é aquele que apresenta uma maior taxa de ocupação, que corresponde a 37 por cento. Mas ao nível das sociedades sediadas, este sector dispara para valores na ordem dos 67 por cento.

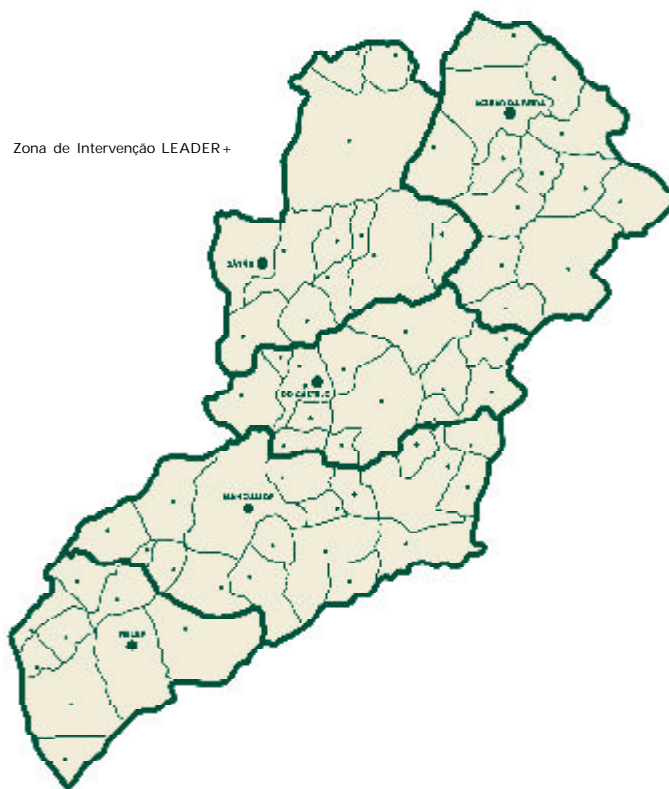
#### Desemprego agrava-se

Apesar de alguma iniciativa empresarial, o fenómeno do desemprego no território tem vindo a acentuar-se. Ao nível da NUT III “Dão-Lafões”, e segundo os Censos de 2001, a taxa de desemprego situa-se nos 7 por cento, o que representa uma subida em relação aos 5,3 por cento registados em 1991. Esta tendência agrava-se na zona de intervenção da ADD, na qual a percentagem média de desemprego dos cinco concelhos se situa nos 7,96 por cento. O comportamento deste fenómeno regista variações entre os diferentes concelhos. Enquanto municípios como Penalva do Castelo, Aguiar da Beira e Sátão apresentam subidas elevadas da taxa de desemprego, que em 1991 era quase inexpressivo, atingindo-se os valores mais elevados em Sátão (13,8%) e Aguiar da Beira (8,5%), em Mangualde e Nelas verifica-se um movimento inverso. Concelhos que no passado tinham duas das taxas de desemprego mais altas do território, têm hoje os índices de desemprego mais baixos, com 4,4% e 6,5 por cento, respectivamente.

Para contrariar estas dificuldades, as perspectivas de desenvolvimento do território apontam para a aposta em áreas com potencial, como o turismo. Neste capítulo, Teresa Pinto, técnica da ADD, reconhece que o “fluxo turístico é diminuto”. Há ainda muito para fazer nesta área, nomeadamente contrariar o “défice de infra-estruturas de alojamento e restauração”, adianta a mesma técnica.

O potencial existe. O território beneficia da existência de abundante património arquitectónico de origem religiosa. Várias igrejas Matriz, ermida da Senhora do Castelo, capela do Senhor do Castelhinho, antigo Convento das

Zona de Intervenção LEADER+



Beneditas ou Santuário de Nossa Senhora dos Caminhos, são apenas alguns exemplos.

É ainda possível encontrar vestígios megalíticos, patentes nas antas da Cunha Baixa, Carapito, e Penedo de Com, exemplares de cultura castreja como os castros do Bom Sucesso e da Serra da Paramuna, bem como sinais de presença romana na Citânia da Raposeira.

De épocas mais recentes permanecem os vestígios senhoriais do Palácio Condes de Anadia e Palácio Condessa de Mangualde, bem como casas senhoriais como a das Fidalgas, de Santar, do Soito, ou da Ínsua.

Um património rico, a par do qual emerge o potencial do termalismo na região. As termas de Alcafache (Mangualde), Caldas da Felgueira (Nelas), ou Caldas da Cavaca (Aguiar da Beira) são pontos obrigatórios para os apreciadores destes espaços.

Acréscce ainda a riqueza do artesanato, patente na cestaria, latoaria, tecelagem, olaria ou nos bordados de Tibaldinho, bem como a gastronomia assente nos produtos típicos da região. Sobressaem os vinhos da Região Demarcada do Dão, o Queijo da Serra, a broa de milho, queijadas, cavacas, bolo de azeite, peixes do rio, cabrito assado no forno, além da característica Maça Brava de Esmolfe, da castanha de Soutos da Lapa, bem como o pão, enchidos e doçaria.

João Limão



Igreja de Santo André, Ferrer de Avei (Sátão) / Maria do Rosário Araújo



Vizinha (Penalva do Castelo) / ADD

# ADD

## Associação de Desenvolvimento do Dão



No ano de 1993, um trio de jovens decidiu abraçar o destino de uma língua de terra no Dão, criando de raiz uma associação de desenvolvimento local. Após ter frequentado um curso de agentes de desenvolvimento, promovido pelo IDARC (Instituto para o Desenvolvimento Agrário da Região Centro), apoiado pela CCRC (Comissão de Coordenação da Região Centro), Emanuel Ribeiro, Teresa Pinto e Cristina Saraiva sentiram-se motivados e capacitados para desenhar uma estratégia de intervenção para o Vale do Dão, nomeadamente, para os concelhos de Aguiar da Beira, Mangualde, Penafiel do Castelo, Nelas e Sátão. Entre os municípios abrangidos, contavam-se alguns do território de intervenção da associação ADICES no âmbito do LEADER I. Ao território rural "a descoberto", às necessidades locais, à receptividade e entusiasmo públicos, à aproximação do QCA II e das perspectivas de apoio financeiro, bastou acrescentar a força de vontade de três indivíduos. Confortados por um estudo do PDAR (Plano de Desenvolvimento Agrícola Regional), testemunho da marginalidade do território, os três amigos puseram mãos à obra. Decidiram fazer do desenvolvimento local a sua vida, e da Associação de Desenvolvimento do Dão o seu projecto de vida. Onze anos depois, a ADD conquistou o seu lugar no mapa socioeconómico local, constituindo-se como um espaço de convergência. "A associação acaba por ser ponto de encontro, de troca de ideias, de concepção de projectos, de criação de parcerias." É uma estrutura imprescindível tanto a nível macro, dos municípios, como micro, do município. De resto, é claramente assumida a relação de interdependência entre a associação e os câmaras, "é uma relação pacífica, pagam as suas quotas atempadamente, respeitam a autonomia técnica, fica tudo muito depositado nos técnicos e no presidente da direcção", *ma non troppo*, "acabamos por exigir bastante mais aos nossos associados, quando são promotores de projecto, quanto mais não seja por uma questão de exemplo e isenção". A ADD teve sempre uma visão integrada do desenvolvimento, daí também ter, desde sempre, ido à pesca de fundos com origens e

objectivos diversos. Aliás, a sua primeira intervenção aconteceu com a Medida 3 do PAMAF (65 acções de sensibilização florestal), seguida pelo I Colóquio Nacional da Maçã Brava de Esmolfe, a candidatura ao LEADER II, a formação profissional, seguidos por "uma catadupa de projectos". Dentro deste mosaico de acções, destaca-se o papel pioneiro da ADD em termos de difusão de novas tecnologias. "Em 1995 foi o boom tecnológico, a Portugal Telecom precisava de parceiros no terreno. Começamos com o Resiste, fomos para o Wolf, onde éramos gestores financeiros a nível europeu, e depois a Informática Infantil." A ADD é uma associação com vida e personalidade. Por isso, embora o principal objectivo da associação se mantenha desde o início, "a fixação da população e a melhoria das condições de vida", há áreas que foram abandonadas e outras confirmadas. Assim, caiu a formação profissional "principalmente, de longa duração, por não resultar no fim em empregabilidade". Assim, aprofundou-se a acção social e económica. Por um lado, a ADD quer acompanhar os públicos em risco ou desfavorecidos de forma mais sistemática e produtiva. E, por outro lado, quer apoiar e/ou recuperar as pequenas e médias empresas em dificuldade. "A via do desenvolvimento é desenvolver a parte social, enquanto não for visto assim, fica sempre um processo incompleto. Não é só criar empresas, é também criar emprego, para aproveitar os valores endógenos da região que, muitas vezes, não são aproveitados porque as pessoas não têm capacidade, não estão sensibilizadas para isso. É esse trabalho que temos vindo a desenvolver, que temos que desenvolver de uma forma mais profunda." E, porque a ADD é coerente, já alterou o seu objecto social de forma a preparar o futuro e a intervenção estruturante que a associação quer ter a nível social e económico.

**ADD**  
**Rua Alexandre Herculano, Apt. N.º 17**  
**3550-137 Penafiel do Castelo**  
**Telefone: 232 642632**  
**Fax: 232 642669**  
**E-mail: add@mail.telepac.pt**  
**Site: www.addzi.com**

### Órgãos sociais

**Assembleia-Geral:** Presidente Joaquim Cândido F. Lacerda (Individual) | 1.º Secretário José Lemos (Cooperativa Agrícola de Nelas) | 2.º Secretário Gouveia Rodrigues (Adega Cooperativa de Mangualde) | **Direcção:** Presidente Leonídio Monteiro (Câmara Municipal de Penafiel do Castelo) | Vice-Presidente Fernando Andrade (Câmara Municipal de Aguiar da Beira) | 1.º Vogal Luís Cabral (Câmara Municipal de Sátão) | 2.º Vogal Soares Marques (Câmara Municipal de Mangualde) | 3.º Vogal José Correia (Câmara Municipal de Nelas) | **Conselho Fiscal:** Presidente Alfredo Poças (Caixa de Crédito Agrícola Vale do Dão) | 1.º Vogal Vítor M. Gouveia Pires (Individual) | 2.º Vogal José Clemente (Adega Cooperativa de Penafiel do Castelo)

### Unidade de Gestão LEADER+

Presidente Leonídio Monteiro (Câmara Municipal de Penafiel do Castelo) | Vice-Presidente Luís Cabral (Câmara Municipal de Sátão) | 1.º Vogal Gouveia Rodrigues (Adega Cooperativa de Mangualde) | 2.º Vogal José Lemos (Cooperativa Agrícola de Nelas) | 3.º Vogal Gabriel Albuquerque Costa (Individual)

### Associados / Parceria LEADER+ (GAL)

Câmara Municipal de Aguiar da Beira, Câmara Municipal de Mangualde, Câmara Municipal de Nelas, Câmara Municipal de Penafiel do Castelo, Câmara Municipal de Sátão; Cooperativa Agrícola de Nelas, Adega Cooperativa de Mangualde, Adega Cooperativa de Penafiel do Castelo; Associação de Criadores de Gado da Beira Alta; Caixa de Crédito do Vale do Dão, de Sátão e Vila Nova de Paiva; António de Campos Almeida Barreiros, Vítor Manuel Gouveia Pires, Gabriel Albuquerque Costa, Joaquim Cândido Ferreira de Lacerda

## PDL LEADER+

## Melhorar a qualidade de vida nas zonas rurais

"A preocupação com as pessoas, com o seu bem-estar e com a necessidade de as fixar, conduziu a que a estratégia da ADD incidia, no seu Plano de Desenvolvimento Local (PDL), no âmbito do Programa LEADER+, sobre o tema: Melhoria da Qualidade de Vida nas Zonas Rurais. Melhorar a qualidade de vida implica um conjunto alargado de medidas e acções integradas, com capacidade de actuar aos mais diversos níveis, pois desenvolvimento não é para a ADD, a adopção de uma política directriz única, actuando num só campo económico ou social." Porque a melhoria da qualidade de vida é transversal ao desenvolvimento local, a ADD tem actuado em várias frentes. E porque o desenvolvimento não pode ser só económico, mas também social, a ADD quer intervir, fundamentalmente, nessas duas áreas e mais. Porquê mexer com a qualidade de vida? Precisamente, para fixar "todas" as pessoas num território. "Apesar de ter existido um reforço do dinamismo industrial e dos serviços, nestes concelhos nos últimos dez anos, tal não obteve a contínua saída de população, possivelmente em idade produtiva, para outros pólos de atracção nacionais e/ou internacionais. Esta perda populacional, demonstra a necessidade de haver o prolongamento de uma intervenção de desenvolvimento integrado, no sentido de reverter o fluxo populacional." Com vista à concretização da estratégia de intervenção, a ADD alinha uma série de objectivos específicos que sustentam o objectivo estratégico da associação: "Reforço da capacidade de gestão, Valorização das competências individuais, Valorização e promoção dos

produtos agro-alimentares de qualidade, Valorização e promoção da região no exterior, Valorização do património natural e construído, Reforçar a valorização e qualificação dos espaços rurais, Modernização e inovação do sector da agro-indústria, Valorizar, dinamizar e promover as actividades artesanais, Apoiar a criação de infra-estruturas de carácter social e público, Estimular o auto emprego, principalmente de jovens e mulheres, Contribuir para a manutenção de postos de trabalho, Participar e apoiar acções de cooperação interterritorial, Reforçar/Promover a troca de experiências e a fluidez da informação, Estimular a articulação do LEADER+, com as restantes medidas do III QCA" e, finalmente, "Reforço da identidade cultural e do sentido de pertença". "Este conjunto de objectivos específicos, pretende essencialmente actuar no âmbito da valorização, promoção e modernização do sector da agro-indústria e turismo, sem deixar, conforme já foi referido, de actuar em outros sectores de actividade, em total respeito pelas capacidades individuais, integrando mais facilmente, projectos que em conjunto funcionarão como catalisadores de recursos financeiros, humanos e físicos, por serem complementares e não concorrentes."

De acordo com dados da associação, até 3 de Maio de 2005, num investimento total da ordem dos 4 575.730,73 euros, o GAL aprovou 70 projectos no Vector 1, perfazendo um investimento aplicado de 3 556.794,16 euros.

## Equipa Técnica do GAL



**Emanuel Ribeiro**  
Coordenador

Emanuel Ribeiro é natural de Angola, tem 38 anos e uma licenciatura em Gestão e Desenvolvimento Social pela Universidade Católica Portuguesa, de Viseu. Frequentou o curso do IDARC, com o apoio da CCRC, de Promotores de Formação para o Desenvolvimento. Em termos de perspectivas de trabalho futuro, o coordenador refere "um maior investimento na área social e empresarial que pressupõe o alargamento do quadro de pessoal". Segundo Emanuel Ribeiro, a força da ADD deve-se muito à união e a interesses que se tem conjugado bem em termos de associação e intervenção da ADD, enquanto que a fragilidade advém, muitas vezes, "de um certo receio de avançar um pouco mais depressa, que resulta, por sua vez, do medo do futuro, porque muito daquilo que se pretende fazer, como a construção de uma sede ou o alargamento do quadro do pessoal, irá ter implicações financeiras, que necessitarão de outra cobertura, para além das cotizações dos associados". Para Emanuel Ribeiro, a ADD "tem-se tornado um objectivo de vida, para além da minha vida pessoal é a minha segunda vida".



**Cristina Saraiva**  
Técnica

Cristina Saraiva, 36 anos, evoluiu tão naturalmente pelos atalhos do trabalho de terreno como pelos meandros dos textos legais. Natural de Celourico da Beira, tem uma licenciatura em Gestão e Desenvolvimento Social pela Universidade Católica Portuguesa, de Viseu, complementada por um curso de agentes de desenvolvimento, promovido pelo IDARC e apoiado pela CCRC. No âmbito desse curso fez um estágio de observação de terreno na Câmara Municipal de Fornos de Algodres, transitando a seguir para a ADRUSE - Associação de Desenvolvimento Rural da Serra da Estrela. Onze anos volvidos sobre a constituição da ADD, Cristina Saraiva mantém-se optimista quanto ao bem-fundado da intervenção da associação, assente em dois pilares: o económico e o social, que sustentam em crescendo toda a sua estratégia desde os primeiros dias. Para esta técnica, "a ADD é uma casa de portas e janelas abertas".



**Teresa Pinto**  
Técnica

Natural de Carregal do Sal, Teresa Pinto é licenciada em Serviço Social pela Universidade Católica Portuguesa, de Viseu. Frequentou o curso de Promotores de Formação para o Desenvolvimento. O projecto de fim de curso era criar o próprio emprego e, assim, aconteceu. Teresa considera a ADD não só um projecto de trabalho mas também um projecto de vida. As expectativas da técnica vão em crescendo, no sentido de melhorar a actuação. Considera que a associação tem uma equipa multidisciplinar e coesa, palco de uma amizade, com laços fortes, quase familiares, que desenvolve trabalho num espaço físico, infelizmente, pequeno demais. Finalmente, Teresa Pinto define ADD, em geral, como "um projecto com vida que apoia projectos de vida" e, em particular, como "o meu grande projecto de vida, a minha âncora".



**Ana Paula Sales**  
Administrativa

Ana Paula Sales tem 33 anos e é de Penafiel do Castelo e licenciada em Secretariado e Assessoria de Direcção pelo Instituto Politécnico da Guarda. Recém-formada entrou para a ADD em 1996 e, desde então, tem exercido a função de secretária, onde é responsável pela área administrativa. Na sua opinião, o Programa LEADER+ tem contribuído para o desenvolvimento de toda a região, tal como a própria ADD, uma estrutura onde, segunda ela, se trabalha "mesmo para o desenvolvimento".

Textos de **Maria do Rosário Aranha**

Um fim-de-semana em Terras do Dão

# Entre o Dão, o Vouga e o Paiva

Não é difícil encontrar infra-estruturas de apoio a uma estada, mais ou menos prolongada. Habitualmente esquecida, zona de passagem para a Estrela, com Viseu como centro de atracção, não consta dos grandes roteiros turísticos. E, no entanto, um olhar mais atento permite descobrir elementos riquíssimos de património, agradáveis recortes de paisagem, riquezas termas únicas e uma afirmação industrial que é testemunho de vida e de progresso.

Quando preparar um fim-de-semana como este muna-se de alguns estímulos prévios. Pode partir para a aventura dos sabores, tendo como referências o vinho do Dão, o queijo da Serra, os doces conventuais, os pratos de carne e até iguarias como a maçã Bravo de Esmolfe. Mas pode partir também para a exploração das águas termas e fazer uma incursão em estâncias tão diversificadas como Felgueiras, Alcafache ou Cavaca. E pode perder-se nos caminhos, propositalmente, para ter de recorrer à ajuda das pessoas. Pode descobrir um artesanato diversificado – tanoaria, latoaria, cestaria... E assim que, à imagem de Humberto Eco na Biblioteca em que refere que o mais interessante não são os livros que procuramos mas aqueles que encontramos ao lado, na estante, podemos conviver com a hospitalidade local e descobrir, quem sabe, tesouros inesquecíveis.

No enquadramento termal ou nas sedes do conelho não é difícil encontrar alojamento de qualidade e acessível. Polvilhado por todo o território a oferta de turismo rural já é significativa. Em qualquer deles, no alojamento tradicional ou no rural, não se sentirá anónimo – a proximidade e o envolvimento do território estará sempre presente nas panorâmicas, nas imagens, na decoração, no tratamento. Esperam-no noites tranquilas, aconchegadas. Depois, de manhã, trace o seu itinerário e aventure-se. Comece, por exemplo, por Penalva do Castelo. Sabendo que, do Castelo que a toponímia consagra já só resta a memória de uma edificação que, na Idade Média, guardava a passagem do Dão. Pare e insista em ver a Igreja Matriz, peça significativa do nosso património e que guarda, no seu interior, um retábulo de Grão Vasco. Depois, não deixe de espreitar a Casa da Insua, um dos Solares mais marcantes da arquitectura portuguesa. Deslumbre-se com o perfil na paisagem, desvende os pormenores arquitectónicos e observe os bem cuidados jardins. E não estranhe se, ao desfazer de uma curva, for surpreendido por um soberbo portão barroco ou por invulgares esculturas – o perímetro da Casa da Insua é o de uma das maiores propriedades da Beira e a riqueza inerente, no século XVIII, incalculável. É quase certo que vai passar por Esmolfe. Saiba que o nome, estranho, baptiza também a melhor maçã dos terrenos de Portugal. Não se preocupe se a não encontrar por aí à venda. Uma visita obrigatória que terá de assentar no seu caderno de viagem

é à Cooperativa Agrícola de Mangualde, onde estes produtos estão disponíveis no respectivo posto de venda.

Vá a Sátão e percorra demoradamente a Vila. Depois, tenha em atenção que aqui vai encontrar do melhor património religioso da diocese de Viseu. Pare, insista em ver e talvez seja surpreendido como o fui com a Igreja Românica do Castelo ou com a Igreja e as ruínas do Convento da Veiga. E pode repousar no recinto do Santuário do Senhor dos Caminhos, em Rás, enquanto se deslumbra com a paz do local e dá voltas à imaginação sobre a razão da imponente colunata lateral.

Deixe Aguiar da Beira para o entardecer e para a noite. O envolvimento medieval das suas ruas e das suas construções é mais mágico a horas tardias. E deleite-se com o belo conjunto arquitectónico formado pelo Pelourinho, pela Fonte Ameada, pela Torre do Relógio e pelas magníficas edificações próximas. Percorra as ruas, sinta a vida por detrás das janelas, imagine romances de cavalaria. Desça depois a Mangualde e vá à Senhora do Castelo. Para, lá do alto, espriar os olhos a perder de vista. Percorra a cidade com cautela, a cada esquina encontra um novo pormenor arquitectónico de interesse nos numerosos solares, casas senhoriais e igrejas. Surpreenda-se com o fervilhar de gentes, estamos numa dinâmica zona industrial do interior do país. Utilize os postos de vendas das cooperativas e prolongue, por muitas semanas, as descobertas de sabores destes dias.

Não deixe de visitar a Adega Cooperativa de Nelas, um óptimo ponto de abordagem ao Vinho do Dão. De descobrir os inúmeros Solares do conelho, cabeças de importantes propriedades agrícolas, algumas ainda hoje em plena produção.

Não deixe de visitar as Caldas de Felgueiras e o seu Centro termal. Um dos mais bem equipados do país. Como sempre, nos espaços termas, o que mais impressiona é a paz, o silêncio e a magia dos aromas de uma vegetação centenária. Fábricas de saúde, as termas são hoje em dia um estímulo para as actividades de ar livre. Com a oferta de quase tudo o que precisamos. Menos o ruído. Menos o stress. Quem dele precisar que se absteinha. Não merece descobrir estas terras, entre o Dão, o Vouga e o Paiva.

Francisco Botelho



Casa da Insua (Penalva do Castelo) / Francisco Botelho



Senhor dos Caminhos (Sátão) / Francisco Botelho

## para dormir

-  **Quinta de Darei**  
Darei - Mangualde  
Tel: 232 612 447
-  **Hotel Rural Quinta da Tabuela**  
Silva de Cima - Sátão  
Tel: 913 498 056
- Casa dos Magistrados**  
Largo dos Magistrados - Aguiar da Beira  
Tel: 232 688 237
- Hotel Rural Quinta dos Belos Ares**  
Santar - Nelas  
Tel: 232 941 800
- Hotel da Urgeirica**  
Urgeirica, Canas de Senhorim - Nelas  
Tel: 232 671 267
- Hotel Sra do Castelo**  
Monte Sra do Castelo - Mangualde  
Tel: 232 619 950
- Hotel Nelas Parque**  
Nelas  
Tel: 232 941 470

## para comer

-  **O Fumeiro**  
Quinta dos Atoleiros, Sereia - Penalva do Castelo  
Tel: 232 641 504
-  **Quinta dos Costa Gomes**  
Sequeiros - Aguiar da Beira  
Tel: 232 680 061
-  **Restaurante Casa do Ermitão**  
Monte Sra do Castelo - Mangualde  
Tel: 232 612 801
-  **Restaurante O Camponês**  
Lamas, Ferreira de Aves - Sátão  
Tel: 232 982 835
-  **Restaurante Quinta da Boiça**  
Matadouro, Canas de Senhorim - Nelas  
Tel: 232 671 397
-  **Restaurante Bem-Haja**  
Nelas  
Tel: 232 944 903
-  **Restaurante Os Antónios**  
Nelas  
Tel: 232 949 515

## para visitar

Caldas da Felgueira (Nelas): Vila de Santar (Nelas); Termas de Alcafache (Mangualde); Dólmen da Cunha Baixa (Mangualde); Citânia da Raposeira (Mangualde); Caldas da Cavaca (Aguiar da Beira); Anta do Penedo de Com (Penalva do Castelo); Casa da Insua (Penalva do Castelo); Sepulturas antropomórficas (Penalva do Castelo); Caminho dos Calegos (Penalva do Castelo); Casa dos Condes do Banho (Sátão); Pelourinho de Ferreira de Aves (Sátão); Senhor dos Caminhos - Romãs (Sátão); Convento da Veiga (Sátão); Dólmen do Carapito (Aguiar da Beira); Trilogia monumental - fonte, torre e pelourinho (Aguiar da Beira)

## para levar

Bordados de Tibaldinho, Doces Conventuais, Bonecas de Pano, Latoaria, Cestaria, Pão tradicional, Enchidos, Queijo da Serra, Vinho do Dão, Maçã Bravo de Esmolfe

# Alternativas financeiras ao serviço do DL e do empreendedorismo

Conscientes que o desenvolvimento das zonas rurais passa pela criação de condições de atractividade para as famílias e as empresas, através da dinamização do tecido das médias, pequenas e microempresas e da criação de emprego, desde há vários anos que as Associações de Desenvolvimento Local (ADL) se têm preocupado com a questão das alternativas ao financiamento do desenvolvimento local, visando o apoio aos promotores de projectos e a iniciativas empresariais nestas zonas particularmente desfavorecidas, numa lógica de inclusão socioeconómica, enquadrada na perspectiva mais ampla da sustentabilidade dos processos e organizações do Desenvolvimento Local (DL).

Ainda no decurso do Programa LEADER II, as ADL envolvidas na gestão elaboraram uma proposta que apresentaram à então Direcção-Geral do Desenvolvimento Rural no sentido de criarem uma medida de engenharia financeira, no quadro do LEADER+, que possibilitasse dinamizar instrumentos de apoio a projectos de carácter local, através do estabelecimento de "fundos de garantia, da concessão de micro-créditos a potenciais empreendedores sem património ou capitais próprios, permitindo associar de forma empenhada e solidária os agentes locais nos processos de desenvolvimento e induzindo alterações comportamentais nos potenciais promotores de projectos perante uma previsível redução dos financiamentos comunitários".

A engenharia financeira não se concretizou no LEADER+ e este tema assumiu-se como uma das linhas de trabalho do Projecto Sementes de Futuro, promovido por 47 ADL, no âmbito do Vector 2 - Cooperação do Programa LEADER+. Este projecto, que funciona numa lógica de Grupos de Trabalho, autonomizou um grupo designado "Alternativas de Financiamento ao Desenvolvimento Local em Meio Rural", que efectuou uma série de pesquisas sobre outras experiências a decorrer em Portugal e noutros países e estabeleceu contactos com algumas delas.

Não obstante alguma falta de sintonia na utilização dos conceitos de financiamento alternativo, de micro-finança ou de finança ética e solidária - que não cabe aqui explicar em detalhe - pode identificar-se um conjunto vasto de experiências no quadro do que poderá chamar-se, em sentido lato, os instrumentos e produtos da Economia Social e Solidária que urge explorar, adaptar e integrar nas práticas das ADL.

Os casos conhecidos vão desde a criação de pequenos fundos de garantia, como por exemplo os criados pelo *Leaderfidi* em Itália e *Galcob* em França, ainda durante o LEADER II para fazer face à concessão de pequenos empréstios

aos promotores de projectos, até à dinamização de verdadeiros bancos, como a *Banca Etica* em Itália, largamente participada pelas organizações do terceiro sector.

A disparidade das experiências nos diferentes países corresponde a um quadro legal também diverso mas, regra geral, restritivo que é desejável harmonizar. Em Portugal, a recolha de poupança e a concessão de crédito continuam limitadas aos bancos, sociedades financeiras e caixas económicas e o capital social necessário para criar as sociedades de garantia mútua torna-as inacessíveis às organizações do terceiro sector. Por estes motivos, as experiências portuguesas passam sobretudo pelo estabelecimento de processos de mediação entre os bancos tradicionais e os beneficiários finais, e não pela criação de estruturas financeiras próprias da Economia Social.

A pesquisa efectuada pelo Grupo de Trabalho (GT) sobre financiamento alternativo dinamizado pela Minha Terra - Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento Local, conduziu, entre outros, ao SIM - Sistema de Microcrédito para o Auto-emprego e a Criação de Empresas, desenvolvido, por uma parceria composta por entidades de Trás-os-Montes, no âmbito do projecto GLOCAL (Empresas Locais com Orientação Global) apoiado pela iniciativa comunitária EQUAL.

As ADL, através da Minha Terra, tomaram conhecimento do projecto e reuniram com a parceria de desenvolvimento do projecto GLOCAL, para validar os produtos e as práticas que esta se propunha disseminar na acção seguinte e manifestar o seu interesse em participar activamente na replicação nacional do SIM. Este sistema apresenta-se como uma solução adequada já que actua de uma forma integrada, tanto ao nível do empreendedor como ao nível das entidades financiadoras, propiciando uma relação de confiança responsável entre as partes, contribuindo também para o aumento de competências no domínio do empreendedorismo nas zonas rurais.

Os resultados desta e de outras experiências com carácter piloto que decorreram durante os últimos anos em Portugal deverão contribuir para que o quadro legal português evolua no sentido de permitir dinamizar soluções de financiamento que passam pela engenharia financeira, nomeadamente no desenvolvimento rural, no período correspondente ao próximo Quadro Estratégico Nacional de Referência.

**Minha Terra**

Projecto Sementes de Futuro

GT Alternativas de Financiamento ao DL em Meio Rural

## Microcrédito e Empreendedorismo

O GLOCAL - Empresas Locais com Orientação Global é um projecto da responsabilidade da parceria de desenvolvimento constituída pela Superação SPA Consultoria, Lda., NERVIR - Associação Empresarial, Cooperativa Cultural Voz do Marão, CRL, ALTOFUSTE - Consultoria Agrária, Lda., UTAD - Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, cuja missão é o fomento ao empreendedorismo e apoio a empreendedores na região Douro Norte.

Quase três anos decorridos chegou ao fim o período experimental deste projecto e os resultados são muito animadores. Foi desenvolvido muito trabalho no sentido de promover um movimento sinérgico a favor do empreendedorismo em meio rural, que se traduziu na realização de actividades de sensibilização quer com potenciais empreendedores, quer com próprias entidades locais, na criação de metodologias de apoio a empreendedores e de realização de trabalho efectivo com os mesmos no processo de criação e consolidação das suas empresas. O trabalho realizado teve sempre por base as necessidades aferidas durante o diagnóstico realizado à região e aos públicos visados: empreendedores, especialmente mulheres de espaços rurais e jovens recém licenciados.

Das ferramentas de apoio ao empreendedorismo criadas destaca-se o SIM - Sistema de Microcrédito para o Auto-Emprego e a Criação de Empresas, que veio dar resposta a uma das principais preocupações dos empreendedores na passagem de uma ideia à concretização do negócio: o financiamento.

Este sistema de microcrédito, criado em parceria com as Caixas de Crédito Agrícola do Vale Douro, Alto Douro e Faveiros, representa uma vantagem competitiva para os empreendedores já que é um sistema de financiamento com vantagens em termos de taxas, prazos de pagamento e carência de capital, que muito dificilmente conseguiriam obter noutras modalidades de financiamento. Tratando-se de um microcrédito, o financiamento pode ir até aos 25

mil euros com o limite de 75 por cento do investimento a realizar na criação da empresa. Além das vantagens em termos de financiamento, o SIM apresenta ainda um valor acrescentado muito importante para os empreendedores já que a metodologia combina o financiamento com um serviço integrado suporte ao empreendedor, que permite ao mesmo avaliar a viabilidade do negócio e os factores críticos ao sucesso do mesmo e, desta forma, diminuir substancialmente o risco de criação da empresa.

Até ao momento, o SIM foi implementado numa área geográfica restrita a seis concelhos: Murça, Alijó, Sabrosa, Peso da Régua, Santa Marta de Penaguião e Mesão Frio, já que se tratou de um projecto-piloto. O seu sucesso, que se traduziu na utilização efectiva do SIM no financiamento de pequenos negócios nestes concelhos, permitiu não só que o mesmo continue a funcionar após o término do período experimental, mas também ultrapassar o constrangimento da área geográfica de actuação avançando para o alargamento a todo o Trás-os-Montes e Alto Douro e replicação em todo o território nacional.

Durante este ano e o próximo a parceria de desenvolvimento do projecto e a Minha Terra - Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento Local estarão a trabalhar em parceria no sentido de estabelecer as bases e montar uma rede nacional com as associações federadas interessadas que permita a implementação deste sistema de microfinanciamento e sua utilização em todo o país.

### GLOCAL

Urb. Vila Campos, Lote L II, B, Vila Real  
Tel: 259 326294  
e-mail: glocal@spa.pt  
www.spa.pt/glocal

# Montanhas de Oportunidades

A ADIBER - Associação de Desenvolvimento Integrado da Beira Serra, ao longo dos 10 anos em que vem desenvolvendo actividade na área do Desenvolvimento Local, assumiu como prioridade o combate à exclusão social por via da formação e integração social, sobretudo através da promoção de iniciativas e apoio a projectos dirigidos a mulheres, que se encontrem em situação de desemprego ou de fragilidade face ao mercado de trabalho.

Neste sentido, foi aprovado pela Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, o Projecto "Montanhas de Oportunidades" o qual se encontra em execução no âmbito do POEFDS, Medida 4.4 - "Promover a Igualdade de Oportunidades entre Homens e Mulheres", e que pretende chamar a atenção para esta temática no território dinamizado pela ADIBER (concelhos de Arganil, Góis, Oliveira do Hospital e Tábua).

As estratégias a desenvolver no projecto passam pela realização de acções de sensibilização específicas para cada área temática e de encontros/debate para troca de experiências e incentivo à participação das mulheres, de modo a gerirem da melhor forma as suas competências pessoais e profissionais; a promoção de pequenas sessões de forma a aumentar a auto-estima das mulheres; por contactos e promoção de visitas guiadas a empresas modelo geridas por mulheres, como demonstração e incentivo para novas oportunidades; selecção de um grupo específico de mulheres que possam ser potenciais empresárias; selecção de empresas (nos quatro concelhos) promovidas por mulheres que sejam um incentivo e uma promoção ao empreendedorismo; contactos com as escolas de modo a dar a conhecer os objectivos gerais do projecto e abordar uma temática mais específica; realização de actividades que traduzam a importância da igualdade de oportunidades; e a criação do Gabinete de Apoio à Igualdade de Oportunidades.

Entre as acções desenvolvidas em 2004/2005, saliente-se as comemorações do Dia Internacional da Mulher e do Dia Internacional dos Direitos Humanos e a realização dos seminários "Liberdade e Igualdade" e "Educação para a Igualdade", cujo principal objectivo foi criar

momentos de reflexão sobre as questões da Igualdade. Ao nível da promoção ao empreendedorismo, destaque para a realização de acções de sensibilização com vista a reforçar a participação das mulheres na vida económica e social da região, proporcionando o acesso a informação, facultando-lhes instrumentos e apontando caminhos para a criação ou procura de emprego; a I Mostra de Artesanato no Feminino "Mãos de Fada: Artesanato e Empreendedorismo feminino", visando reforçar o tecido empresarial feminino; acções de informação e sensibilização nas escolas do 4º ano do 1º Ciclo do Concelho de Góis e do 3º Ciclo do território, promovendo a igualdade dos sexos. "Rapazes e raparigas - diferentes em quê?", "A violência", "Os direitos das mulheres" foram os temas debatidos nestas acções que envolveram um total de 182 alunos das escolas do território. Após a abordagem das "Acções de Sensibilização e Informação" é nossa pretensão, de acordo com a motivação e necessidades a identificar, criar grupos de trabalho mais reduzidos, sobre os quais incidirão actividades específicas e/ou especializadas, bem como estimular actividades dentro da escola que versem a temática da Igualdade de Oportunidades e os Direitos das Mulheres. Fazer emergir três a cinco projectos de investimento que promovam o auto-emprego e reforcem o papel das mulheres na comunidade (que possuam condições para serem encaminhados para possíveis instrumentos de apoio financeiro em execução), são os resultados esperados.



ADIBER



ADIBER

# LACTICORVO

A LACTICORVO - Cooperativa de Lactínios da Ilha do Corvo, constituída a 31 de Janeiro de 1997, surgiu da vontade dos produtores de leite e da edilidade local.

Através do Programa LEADER+/ADELIAÇOR - Associação para o Desenvolvimento Local das Ilhas dos Açores, esta cooperativa realizou um projecto de investimento que assenta nas seguintes vertentes: aquisição de equipamento industrial necessário para fazer face ao aumento previsível da produção de leite e, consequentemente, ao aumento do leite para laborar; e aquisição de equipamento necessário para efectuar

uma gestão de recursos adequada.

O projecto permitiu o aumento da produção, possibilitando alcançar massa crítica que fidelize o principal agente económico que compra o queijo produzido e que o coloca no mercado exterior.

O Queijo do Corvo é um

queijo curado fabricado com leite de vaca cru e coalho de origem animal, cor palha forte, crosta lisa, sem arestas e bem formada com uma textura compacta e consistência semi-dura, tem um sabor activo e aroma ligeiramente ácido e um tempo de cura o mínimo de 30 dias.

Destinando-se ao consumo próprio da ilha do Corvo (com cerca de 400 habitantes), o Queijo do Corvo é sobretudo exportado para o continente e restantes ilhas do Arquipélago dos Açores.

Considerando a especificidades da sua produção, esta cooperativa solicitou o registo de nome Corvo, Denominação de Origem Protegida (DOP) para este queijo. Com a colaboração do Instituto de Alimentação e Mercados Agrícolas (IAMA) foi elaborado o Caderno de Especificações, que será posteriormente enviado para parecer à entidade com competência na matéria a nível nacional. Neste momento, o Queijo do Corvo encontra-se a aguardar as alterações do seu Caderno de Especificações para que possa ser mais um queijo certificado dos Açores a ser apreciado à sobremesa ou como aperitivo.

ADELIAÇOR



ADELIAÇOR

## Seminário Europeu LEADER+

# Novos saber-fazer e novas tecnologias nas áreas rurais

A participação da Rede Portuguesa LEADER+ no seminário europeu "Novos saber-fazer e novas tecnologias nas áreas rurais: competitividade e crescimento económico regional", realizado de 7 a 9 de Abril, no Parque Tecnológico Logistia, em Kauhajoki, Finlândia, constituiu um valor acrescentado para o trabalho que vem a ser desenvolvido no âmbito do Programa LEADER+. A questão dos novos saber-fazer e das novas tecnologias é um dos aspectos cruciais para o desenvolvimento das zonas rurais. Promovido pelo Observatório LEADER+, o seminário contou com

representantes de GAL europeus, redes nacionais e outras entidades ligadas ao Programa LEADER+. Portugal esteve representado por cinco GAL (AD ELO, Corane, In Loco, LEADEROESTE e Pinhal Maior) e pela Rede Portuguesa LEADER+. Fica aqui o comentário de dois dos técnicos portugueses participantes (José Coutinho/LEADEROESTE - Associação para o Desenvolvimento e Promoção Rural do Oeste) e Mário Fidalgo/AD ELO - Associação de Desenvolvimento Local da Bairrada e Mondego) e a visão de Maria do Rosário Serafim (Rede Portuguesa LEADER+).

"A experiência finlandesa, onde a metodologia LEADER foi integrada em todo o território nacional, pode ser considerada como um objectivo a longo prazo para todos os Estados-membros", afirmou Jean Michel Courades, da Comissão Europeia, no discurso de abertura do seminário. Para além de uma certa novidade do tema - novos saber-fazer e novas tecnologias relacionadas com a competitividade e o desenvolvimento regional - e cuja pertinência é relevante para as zonas rurais, tornou-se importante o contacto com alguns Grupos de Acção Local (GAL) e Redes Nacionais do Programa LEADER+, bem como permitiu aprofundar as diferentes realidades da Europa, agora alargada a 25 Estados-membros. O seminário realizou-se através de conferências, oficinas de trabalho, visitas ao terreno e uma sessão especialmente consagrada à cooperação transnacional, para promoção de parcerias transnacionais e fortalecimento do trabalho em rede. Jean Michel Courades sublinhou a importância do trabalho em rede desenvolvido pelo programa LEADER, assim como os seus efeitos positivos ao nível da transferência e partilha de conhecimentos. Sublinhando que o próximo Quadro Comunitário incidirá na inovação e competitividade, Jean Michel Courades apelou aos GAL para procurarem recursos e imaginação que possibilitem o desenvolvimento de práticas e bons exemplos de trabalho, no âmbito do desenvolvimento rural.

Da participação neste seminário destacam-se algumas ideias principais:

- a clara opção do governo finlandês quanto ao desenvolvimento de uma política de desenvolvimento rural foi reconhecida, uma vez mais, por todos quantos estiveram presentes neste seminário. Com efeito, não só se evidenciou a coerência desta política na Finlândia, como também se reconheceram alguns dos seus resultados: a integração da metodologia LEADER nas diversas políticas nacionais originou que, após alguns anos de trabalho, existam 58 GAL financiados por diferentes programas e com objectivos semelhantes (LEADER+, POMO, ALMA e um programa nacional agrícola) e a preparação, desde já, do novo quadro de política nacional para o desenvolvimento rural, face à ao novo regulamento da Comissão Europeia;
- o forte sentido de trabalho em parceria entre públicos e privados e a acentuada participação e envolvimento dos cidadãos é um factor que contribui para o sucesso desta política. Com efeito, foi possível confirmar, quer através das visitas aos diferentes projectos, quer através das sessões de trabalho, que o desenvolvimento das zonas rurais não se limita apenas à execução material e financeira de um programa ou de pacotes financeiros apreciáveis mas, antes, tem subjacente uma opção política que reconhece a importância da decisão local e a indispensabilidade da participação activa da sociedade civil pois, como disse um participante "nós somos pessoas activas". Este último aspecto é aliás evidente nas regras nacionais para a composição dos GAL: 1/3 de representantes das autarquias, 1/3 de representantes de associações e empresas e 1/3 de habitantes das zonas rurais, regras estas cuja aplicação é anualmente verificada a fim de evitar o seu incumprimento. Tal como referiu Eiro Uusitalo, responsável do Ministério da Agricultura e Florestas da Finlândia, "os conceitos de desenvolvimento rural não são palavras, são factos muito fortes e, por isso, os municípios estão cada vez mais interessados nestas matérias";
- o sucesso da experiência da Finlândia ao nível do desenvolvimento rural é ainda visível nas prioridades que são estabelecidas: a criação de novas empresas e o uso de novas tecnologias são os factores que têm ajudado a criar postos de trabalho e a permitir melhor qualidade de vida nas zonas rurais.

Por fim, importa sublinhar que os projectos visitados apresentam particularidades comuns muito interessantes, pois todos eles estão ligados a centros de pesquisa, investigação ou escolas universitárias, com o fim de garantir o equilíbrio entre as componentes inovação, tecnologia e desenvolvimento.

Maria do Rosário Serafim  
Rede Portuguesa LEADER+

Como participante do seminário, e em termos de conclusão, importa registar algumas notas observáveis mais significativas:

- na Finlândia a política de Desenvolvimento Rural é assumida de forma clara pelos diferentes poderes instituídos, num conjunto coerente de medidas e programas, definidos à escala nacional e implementados à escala local;
- o método LEADER é assumido como o principal processo para por em prática esta política de Desenvolvimento Rural, existindo o reconhecimento claro de que desta forma mais eficazmente se implementa as medidas e programas necessários ao desenvolvimento dos espaços rurais, daí a existência de vários programas de Desenvolvimento Rural (LEADER+, POMO+, ALMA, Objectivo 1) estruturados em torno de GAL e implementados segundo a metodologia LEADER;
- a criação de mais-valias nos produtos locais através da incorporação de processos de inovação, investigação e transferência de conhecimentos foi uma das marcas mais significativas que se identificaram nos projectos que foram alvo de visitas.

Em conclusão, podemos dizer que neste seminário foi visível a existência de uma definição clara do que se pretende para o país e que estas políticas estão concertadas desde já com todos os actores no processo de elaboração das políticas para o próximo período de programação financeira (2007-2013).

Mário Fidalgo  
AD ELO

Da discussão do programa de trabalhos deste seminário, que visou tratar os repositórios de saber-fazer e novas tecnologias - tema este que é a linha orientadora da estratégia do Plano de Desenvolvimento Local (PDL) da LEADEROESTE - resultaram algumas das seguintes conclusões:

- existe uma convicção generalizada pelos GAL participantes de que o LEADER no próximo QCA será um programa reforçado, mais forte e cujo sucesso fala por si;
- os casos de sucesso apresentados foram casos cuja tipologia assenta na metodologia de parcerias público privadas dentro do que é habitual na montagem de projectos do LEADER;
- os casos de *mainstreaming* do LEADER ao nível de outras políticas de desenvolvimento, são um dado adquirido na Finlândia e uma opção a seguir noutros países que já iniciaram um processo de adaptação à sua realidade;
- a lógica das redes e das parcerias sectoriais são a base funcional deste método de intervenção socioeconómico cujo objecto é o desenvolvimento sustentado;
- Portugal é um dos poucos Estados-membros que não tem uma política nacional de desenvolvimento rural, e é o único que assenta esta área no LEADER;
- no âmbito da negociação e consequente planificação dos instrumentos de intervenção sectoriais, deve ser assumido o risco político de criar um rumo sem que exista ainda definições financeiras que o suportem dentro dos QCA (o caso da generalização da implementação dos GAL na Finlândia resultou do *lobbying* político sem que existisse ainda planificação financeira);
- a Finlândia é um exemplo em como um tecido produtivo de características dispersas, de reduzida escala individual e num contexto de periferia geográfica, consegue competir numa escala internacional, tendo sido grande parte deste êxito responsabilidade do Programa LEADER;
- no *Workshop* das energias renováveis, concluiu-se que existe muito a fazer em termos de sistematização de informação e obtenção de uma boa relação entre custos tecnológicos e optimização das soluções a implementar, e formação dos GAL nestes domínios.

José Coutinho  
LEADEROESTE

## 5º Concurso de Instrumentos de Arco “Júlio Cardona”

Realizou-se na Covilhã, de 18 a 24 de Março a quinta edição do Concurso de Instrumentos de Arco “Júlio Cardona”. Foi notável o êxito assinalado na realização deste evento de elevado valor cultural, colocando a cidade e a região na rota do mundo musical e que importa enaltecer. A Rude - Associação de Desenvolvimento Rural apoiou mais uma vez a realização do referido evento no âmbito do Programa LEADER+. Durante uma semana estiveram na Covilhã cerca de 60 jovens músicos provenientes de 20 países, nomeadamente, Espanha, França, Japão, Azerbaijão, Reino Unido, China, Sérvia, Taiwan, Polónia, Bélgica, Estados Unidos, entre outros, que frequentam actualmente as mais famosas escolas de “arco” europeias.

Alguns destes jovens músicos são provenientes dos meios rurais do território de intervenção da Rude, o que contribui para uma forte tendência no sentido de que as populações se achem induzidas a interessar-se pela música e pela cultura, num interesse que para além de vulgar, é bastante relevante para a região da Beira Interior.

Pela primeira vez, um jovem do concelho da Covilhã, proveniente de uma aldeia rural obteve um primeiro prémio na principal categoria (A).

O concurso foi aberto a três modalidades: violino, violoncelo e viola de arco, divididas em duas classes. A para músicos entre os 18 e os 30 anos, B para os menores de 18 anos. E foi organizado pela Juventude Musical

Portuguesa - Delegação da Covilhã em homenagem ao violinista covilhanense Júlio Cardona que nasceu na cidade da Covilhã em 1879, sendo considerado um dos maiores violinistas portugueses do seu tempo, concedendo actualmente o seu nome a esta competição musical de nível nacional e internacional. A realização do 5º concurso de Instrumentos de Arco “Júlio Cardona” permite ainda aos jovens músicos desta região adquirir prestígio internacional quanto as suas qualidades musicais lhe permitem, permitindo-lhes uma visão mais ampla do sector artístico em que se inserem.

A realização da 5ª edição deste concurso contribuiu de forma significativa para a imagem de qualidade do que se faz na região, em virtude da qualidade superior que se impôs na sua realização. A dinâmica social imposta por este evento durante sete dias, maximizou ainda os seus efeitos no tecido económico local.

O resultado final do concurso de instrumentos de Arco “Júlio Cardona”, foi um êxito bem visível no concerto final dos laureados, em que a população encheu por completo a plateia do Teatro Cine da Covilhã, manifestando assim o seu inteiro reconhecimento pela qualidade do concurso, do qual a Covilhã e a região da Beira Interior se devem orgulhar.

RUDE

## Nova Agricultura - Novo Desenvolvimento Rural

O Monte - Desenvolvimento Alentejo Central, em parceria com a sua associada Aliende - Associação de Desenvolvimento Local, tem em curso um projecto no âmbito da Iniciativa Comunitária EQUAL designado “Nova Agricultura - Novo Desenvolvimento Rural”.

O objectivo geral deste projecto é testar metodologia de formação e *marketing* profissional que modifiquem a visão negativa que o jovem tem do sector, tornando a agricultura uma profissão atractiva para os jovens.

Parte-se do princípio que a marginalização social da actividade agrícola levou ao envelhecimento e à falta de modernização do sector; ao mesmo tempo, a sociedade (nomeadamente por imposições da reforma da PAC) exige aos agricultores que produzam em novos moldes, que visem tanto a produção para o mercado como a contribuição para a melhoria do ambiente.

Neste projecto vamos testar modelos de formação e captação de uma nova mão-de-obra agrícola jovem capaz de dar resposta às novas exigências sociais.

O projecto conclui fase de diagnóstico, montagem da parceria de desenvolvimento e concepção do projecto. Para tal, estamos a trabalhar com várias entidades ligadas ao sector, quer em plenário quer em reuniões orientadas com uma ou duas entidades. Estamos a auscultar também jovens e agricultores de forma participativa com o objectivo de conhecer as imagens e a realidade da profissão agrícola.

Este trabalho de diagnóstico e planeamento foi iniciado em Outubro 2004 e prolongou-se até ao final de Março último. Actualmente estamos a iniciar a identificação de perfis profissionais, do sector agrícola - o elemento central do projecto.

MONTE



## Rota de Artesanato

A ALIENDE - Associação para o Desenvolvimento Local (associada do Agrupamento MONTE - Desenvolvimento Alentejo Central,) realizou no dia 18 de Março um encontro de trabalho subordinado ao tema “Rota de Artesanato - Apresentação de Modelos de Gestão”.

Realizado na Junta de Freguesia de Montoiço, o encontro, contando com a participação de um pequeno grupo de artesãos da região, incidiu na apresentação de uma rota de artesanato e em possíveis modelos de gestão, que irá contar com a participação de um leque variado de artesãos/actividades artesanais dos concelhos de Évora, Reguengos de Monsaraz, Redondo, Vila Viçosa, e Viana do Alentejo.

A qualidade do artesanato é um ponto a reforçar, dando destaque a um grupo de artesãos que mantenham esse nível de qualidade, promovendo e divulgando os seus produtos em locais estratégicos de referência para o artesanato. Sendo as próprias lojas e/ou oficinas dos artesãos um local impor-

tante, tanto para a comercialização como para a promoção da actividade, através das demonstrações ao vivo do seu trabalho, pretende-se criar um circuito de artesanato devidamente divulgado, contribuindo assim para o desenvolvimento e reafirmação do sector.

Para que o artesão possa participar neste modelo é requerido que o seu trabalho seja de qualidade, e que tenha um espaço próprio para a comercialização e trabalho ao vivo, numa loja/oficina. Espaço que integrará um circuito de artesanato e será divulgado quer por catálogo quer por página web na Internet.

Este encontro insere-se num conjunto de actividades do Projecto de Dinamização do Centro de Apoio às Artes e Ofícios Tradicionais no âmbito do Programa LEADER+.

ALIENDE

## 2ª Oficina de Qualificação

Qualificar as equipas técnicas dos GAL na gestão e acompanhamento de projectos



Minha Terra  
Durante os meses de Março e Abril realizaram-se quatro sessões regionais da 2ª Oficina de Qualificação para aprofundamento do tema "Controlo e Auditoria – Procedimentos de Controlo Interno".

Esta Oficina de Qualificação insere-se no Programa de Actividades da Rede Portuguesa LEADER+ para 2005, foi organizada em colaboração com a Federação Minha Terra e a dinamização dos conteúdos programáticos foi

da responsabilidade da Inspecção Geral de Finanças (IGF) e da Inspecção-Geral e Auditoria de Gestão (IGA) do MADRP (Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas).

As quatro sessões realizaram-se em Lisboa, Sabrosa, Beja e Coimbra, com a presença de cerca de 130 participantes, técnicos dos Grupos de Acção (GAL) do Programa LEADER+ e os interlocutores técnicos regionais das Direcções Regionais de Agricultura. As sessões de Sabrosa e Beja contaram com a colaboração empenhada das associações, respectivamente, Douro Histórico e Alentejo XXI.

Da avaliação efectuada pelos participantes nas sessões da 1ª Oficina de Qualificação realizadas em 2004, concluiu-se da necessidade de aprofundar conhecimento com base na análise de casos práticos que ajudassem a ilustrar todo o enquadramento teórico proporcionado pelas primeiras sessões.

Os objectivos definidos foram os seguintes: destacar procedimentos necessários à organização das evidências para instrução e acompanhamento dos processos; analisar as regras de elegibilidade do co-financiamento comunitário; experimentar, do ponto de vista operacional, o processo de análise, controlo e auditoria de procedimentos, no âmbito do LEADER+.

Cada sessão desenvolveu-se segundo uma metodologia dinâmica, interactiva e com uma abordagem do tema essencialmente prática e operacional a partir da apresentação, análise e debate de quatro casos reais, seleccionados por serem exemplificativos das situações mais relevantes e identificadas em auditorias já realizadas pela IGF e IGA e pelos controlos do IDRHa (Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica).

As sessões decorreram num ambiente agradável e de grande colaboração. Mesmo quando se verificou que nem todos os participantes tinham tido a oportunidade de preparar previamente os casos de estudo, a dinâmica dos trabalhos, a preparação e a atitude construtiva dos formadores permitiram ultrapassar dificuldades e atingir os objectivos em larga medida.

O recurso à análise de casos foi particularmente útil, pois traduziu para uma realidade próxima da vivida pelos técnicos no seu trabalho diário, as disposições, regras e normativos referenciados na formação anterior. Esta identificação facilitou a apropriação de alguns conceitos e a sua transposição para a prática. A reacção dos formandos perante os comentários e críticas dos formadores, deixa a impressão de que regra geral são cumpridas as diferentes fases da recepção, análise e acompanhamento dos projectos, mas há uma clara insuficiência de "evidências" de que o trabalho foi feito. Um dos aspectos a corrigir.

Analisando a avaliação dos técnicos que participaram nestas sessões é manifesto o reconhecimento do interesse e da utilidade destas oficinas para a qualidades do trabalho das equipas técnicas. Por outro lado, é possível identificar uma série de sugestões e melhoramentos de ordem metodológica, como, por exemplo, o interesse em formações mais longas. No que diz respeito aos temas ou aspectos sobre os quais os participantes sentem ainda necessidade de aprofundar a formação, a "contratação pública" surge claramente destacada.

IDRHa  
Minha Terra

## Waterwaysnet

# Devolver o rio Vouga às populações

A ADDLAP - Associação de Desenvolvimento do Dão, Lafões e Alto Paiva e as câmaras municipais de São Pedro do Sul, Oliveira de Frades e Vouzela acolheram nos dias 18 e 19 de Março último, nas Termas de São Pedro do Sul, a reunião transnacional do projecto Waterwaysnet.

O Waterwaysnet é um projecto, no âmbito do INTERREG III-B, que pretende valorizar a ecologia e a estética dos rios na região Atlântica, adoptando como filosofia de base a devolução dos rios às populações. Envolvendo cinco países (Portugal, Espanha, França, Inglaterra e Irlanda), com projectos que vão do controlo de infestantes e recuperação das galerias rípicolas, à recuperação de azenhas e sensibilização das populações, este projecto aposta, especialmente, na interpretação e valorização do património natural. É este o ponto forte da maioria dos projectos e também o principal objectivo da iniciativa Portuguesa, cuja região de implementação abrange o Vale do Vouga, integrado na sub-região de Lafões, entre o Caramulo e a Arada. A ADDLAP - Associação de Desenvolvimento do Dão, Lafões e Alto Paiva assume, por isso, com naturalidade, a liderança da parceria do projecto que envolve as três autarquias locais.

O projecto contará com uma intervenção ao longo do Vouga, que liga os três concelhos, através da implementação de um circuito de interpretação ambiental. Paralelamente, três pequenos percursos serão construídos em afluentes do Vouga, como o rio Alfusqueiro, para servir de base a três centros de interpretação, dotados de um pequeno laboratório, auditório, sala de exposições, um herbário e uma entomoteca. Nos percursos de interpretação existirão painéis com informação relativa ao património biológico e cultural da região.

No caso particular do projecto a desenvolver no rio Vouga e afluentes, é de salientar a presença da Salamandra Lusitânica (*Chioglossa lusitanica*). Uma espécie muito frequente nos afluentes do Vouga, tendo uma distribuição

mundial restrita ao noroeste da Península Ibérica e dependendo de águas limpidas e ecossistemas em bom estado para sobreviver. Por isso, a sua população nesta região é imprescindível à conservação da espécie, e constitui uma património único à escala mundial.

No que diz respeito ao património cultural, serão recuperados alguns moinhos e, com ele, a memória colectiva de todas as famílias que os utilizavam. Desta forma, as pessoas da região poderão preservar a sua cultura comum e dá-la a conhecer às novas gerações e a quem vem de fora para descobrir os rios e os seus usos.

O público-alvo do projecto é, em primeiro lugar, a população local, nomeadamente os mais novos (pelo que os centros e percursos de interpretação serão acompanhados de guias de educação ambiental a desenvolver com as escolas e associações de pais) e, em segundo lugar, os turistas "ecológicos" e visitantes que certamente se sentirão aliciados para descobrir os rios e o seu inestimável património.

Maria Nogueira  
Paulo Pereira  
ADDLAP



## Programa de Incentivos à Modernização da Economia

## PRIME

Uma conjuntura económica mundial dominada pela globalização, a Comunidade Económica Europeia (CEE) alargada a 10 novos membros, uma onda contínua de produtos *Made in China* a rebentar no nosso mercado e a grande maioria das empresas portuguesas fica entre a espada e a parede. Para amparar empresários e empresárias em apuros resta a inesgotável esperança ou instrumentos de política económica. O Programa de Incentivos à Modernização da Economia – PRIME integra um conjunto de instrumentos de política económica de médio prazo, até 2006, destinados aos sectores de Indústria, Energia, Construção, Transportes, Turismo, Comércio e Serviços, tendo sido instituído pela publicação da Resolução do Conselho de Ministros n.º 101/2003, de 8 de Agosto, na sequência da aprovação formal pela Comissão Europeia a 14 de Maio de 2003. O PRIME tem como principais objectivos “Reforçar a produtividade e competitividade das empresas, bem como a sua participação no mercado global” e “Promover novos potenciais de desenvolvimento”. Inserido no Eixo 2 do Plano de Desenvolvimento Regional, “Alterar o Perfil Produtivo em Direcção às Actividades de Futuro”, o PRIME quer assegurar um ambiente de concorrência sã, revitalizar o tecido empresarial, incorporar investigação e desenvolvimento nas empresas, simplificar processos, desregulamentar e desburocratizar, qualificar recursos humanos, etc. Noutras palavras, o PRIME quer uma economia com empresas, empresários e trabalhadores vivos, armados e dispostos a lutar. Estabelece, assim, três níveis de actuação estratégica: Dinamização das Empresas, Qualificação dos Recursos Humanos e Dinamização do Envolvente Empresarial. Destaca-se aqui o eixo da qualificação que inclui uma medida,

que integra a totalidade das acções a financiar pelo FSE (Fundo Social Europeu), a Medida nº4 “Incentivar os investimentos em recursos humanos”, considerada uma área estratégica para o sucesso do Programa e dos objectivos que prossegue. O PRIME integra vários instrumentos de apoio às empresas e gere uma verba na ordem dos 4,2 milhões euros. Refira-se também que um dos aspectos inovadores deste Programa consiste na possibilidade de enviar as candidaturas pela Internet. O investimento nesta funcionalidade não aconteceu em vão. Assim, nas candidaturas aos Sistemas de incentivos como o SIME, o SIME inovação, o SIPIE, o URBECOM, o SIVETUR ou ainda a Formação associada às estratégias das empresas e da envolvente empresarial, mais de 65 por cento foram enviadas via Internet.

No final do ano de 2004, o PRIME recebeu um reforço financeiro de 101299 mil euros. Este prémio foi-lhe atribuído por uma nova figura do processo de programação deste QCA, a Reserva de Eficiência, estabelecida no artigo 44º do Regulamento (CE) 1260/1999, nos termos do qual quatro por cento das dotações de autorização só serão atribuídas depois de avaliada a eficiência dos Programas. A avaliação de eficiência do PRIME passou pela apreciação da sua performance em termos de gestão, acompanhamento, controlo, eficácia, execução financeira e efeito de alavanca. Assim, os montantes adicionais da Reserva de Eficiência foram alocados, preferencialmente, nos seguintes domínios estratégicos: I&D e inovação; Espírito empresarial e competitividade; Investimento Directo Estrangeiro e Internacionalização.

Maria do Rosário Aranha

Objectivos Estratégicos	Eixo	Medida	Sistema de Incentivos
<p>Apoiar o investimento gerador de valor acrescentado nacional</p> <p>Fomentar o capital de risco</p> <p>Reforçar os capitais permanentes das PME</p> <p>Promover as empresas, os produtos portugueses e o turismo</p> <p>Apoiar a inovação, a investigação e o desenvolvimento tecnológico</p> <p>Incentivar a qualificação dos recursos humanos nas PME</p>	1 - Dinamização das empresas	<p>1. Estimular a Modernização Empresarial</p> <p>2. Apoiar o Investimento Empresarial</p> <p>3. Melhorar as Estratégias Empresariais</p>	<p>• DEMTEC - Sistema de Incentivos à Realização de Projectos-Piloto Relativos a Produtos, Processos e Sistemas Tecnologicamente Inovadores *</p> <p>• IDEIA - Apoio à Investigação e Desenvolvimento Empresarial Aplicado *</p> <p>• MAPE - Medida de Apoio ao Aproveitamento do Potencial Energético e Racionalização de Consumos</p> <p>• NEST - Novas Empresas de Suporte Tecnológico *</p> <p>• NITEC - Sistema de Incentivos à Criação de Núcleos de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico no Sector Empresarial *</p> <p>• Programa de Apoio à Iniciativa Empresarial dos Jovens</p> <p>• Programa QUADROS *</p> <p>• SICE - Sistema de Incentivos à Cooperação Empresarial</p> <p>• SIED - Sistema de Incentivos à Economia Digital</p> <p>• SIME - Sistema de Incentivos à Modernização Empresarial *</p> <p>• SIME Inovação - Sistema de Incentivos à Modernização Empresarial - Inovação</p> <p>• SIPIE - Sistema de Incentivos a Pequenas Iniciativas Empresariais *</p> <p>• SIUPI - Sistema de Incentivos à Utilização da Propriedade Industrial</p> <p>• SIVETUR - Sistema de Incentivos a Produtos Turísticos de Vocação Estratégica</p> <p>• URBECOM - Sistema de Incentivos a Projectos de Urbanismo Comercial</p>
	2 - Qualificação dos Recursos Humanos	4. Incentivar os Investimentos em Recursos Humanos	<p>• Formação Profissional - Incentivar os Investimentos em Recursos Humanos *</p>
	3 - Dinamização da Envolvente Empresarial	<p>5. Incentivar a Consolidação de Infra-estruturas</p> <p>6. Apoiar as parcerias empresariais</p> <p>7. Dinamizar mecanismos de inovação financeira empresarial</p> <p>8. Internacionalizar a economia</p>	<p>• Requalificação das Áreas de Produção Mineral</p> <p>• Criação e Reforço de um Fundo de Sindicância de Capital de Risco</p> <p>• Constituição e Reforço dos Mecanismos de Garantia</p> <p>• Apoio às Actuais Infra-Estruturas Associativas</p> <p>• Medida de Apoio à Modernização e Desenvolvimento das Infra-Estruturas Energéticas</p> <p>• Medida de Apoio à Criação de Novas Infra-Estruturas Tecnológicas e às Actuais Infra-Estruturas Tecnológicas, da Formação e da Qualidade</p> <p>• Infra-estruturas Turísticas</p> <p>• Internacionalizar a Economia</p> <p>• Apoiar as Parcerias Empresariais</p> <p>• PITER - Programas Integrados Turísticos de Natureza Estruturante e Base Regional</p> <p>• Pousadas Históricas</p>

\* Incentivos onde se contemplam medidas de discriminação positiva, com vista ao apoio dos jovens empresários, em conformidade com os regimes de apoio previstos no PRIME: PRIME Jovem.

Fonte: www.prime.min-economia.pt

## Jovens Quadros para a Inovação nas PME

## INOV-Jovem

Choque tecnológico rima com plano tecnológico que, por sua vez, rima com lógica de inovação. “O Programa do Governo, no âmbito do estímulo à inovação e ao emprego associado ao Plano Tecnológico, elegeu como uma das principais metas de curto prazo a criação de um programa de inserção nas PME de jovens quadros no campo da gestão e da inovação.” (Resolução do Conselho de Ministros n.º 87/2005) *Ecce INOV-JOVEM*, programa financiado pelos Ministérios da Economia e da Inovação e do Trabalho e da Solidariedade Social através dos respectivos programas operacionais. O INOV-JOVEM é dirigido a PME (até 250 trabalhadores) empenhadas no processo de inovação e desenvolvimento empresarial, em particular aquelas que visam ganhar e reforçar posições na produção de bens e serviços transaccionáveis. Em Junho de 2005, abrirão as inscrições. A primeira edição prevê abranger 1000 jovens, com idade até aos 35 anos e qualificações de nível superior nas áreas de gestão, engenharia, ciência e tecnologia e outras

áreas críticas para a inovação empresarial. Contam-se três modalidades de apoio: Apoio à contratação imediata; Apoio a estágios em PME e incentivo à contratação e Prioridade no acesso das empresas aderentes a outros incentivos à inovação e integração de quadros qualificados (nomeadamente PRIME). As candidaturas poderão ser feitas directamente pelas PME ou em parceria com entidades da sociedade civil, autarquias locais, bem como outras entidades com um papel de parceria na articulação entre os diferentes agentes a envolver (PME, jovens, serviços públicos) e entregues via Internet, IAPMEI (Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento) ou IEFP (Instituto do Emprego e Formação Profissional).

Maria do Rosário Aranha

Fonte: Resolução do Conselho de Ministros nº 87/2005



**Criar uma empresa de sucesso**  
Cruz, Eduardo; Edições Silabo, 2003

Numa linguagem simples e objectiva, o autor desta publicação "aborda as questões concretas e práticas da viabilidade da nova empresa, do sector onde a empresa vai oferecer os produtos e serviços, do contexto envolvente em que a empresa vai funcionar, explicando a análise e os estudos de mercado que é necessário fazer, dos indicadores e das noções mais importantes da rentabilidade e êxito de negócio, do plano de *marketing* do plano de operações, da equipa de gestão, do calendário para implementação do negócio, dos riscos e problemas críticos e problemas críticos para o sucesso da *venture*, do plano financeiro." O empresário no fim de todo este processo - pode ler-se no Prefácio (de Luis Mira Amaral) - "estará então em condições de ter uma proposta concreta para a sua nova empresa (...)". Apresentando-se em duas partes - *Estudo da viabilidade da nova empresa* e *O plano da nova empresa* - esta publicação é "um autêntico manual, um plano de operações indispensável a quem se quer lançar na aventura empresarial (...)"; "Um livro a não perder para aqueles que têm uma ideia mas que necessitam de fazer o trabalho de casa antes de se lançarem na aventura apaixonante da criação de uma empresa de sucesso".



**Guia de gestão de uma pequena empresa - 50 fichas práticas para o diagnóstico do seu negócio**  
Justin, Emmanuel; IAPMEI, 2002

"Porque razão o lucro contabilístico não corresponde à situação da tesouraria? O que traduz o balanço? Para que servem os rácios financeiros e como os utilizar? Estou já muito endividado ou posso pensar em obter um empréstimo para o meu próximo investimento?" Dar resposta a estas e outras perguntas foi o que levou à edição desta publicação. Editado pelo IAPMEI - Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento, esta obra propõe em 50 fichas uma análise do desempenho e funcionamento das diferentes áreas de uma pequena empresa, guiando o leitor na sua avaliação e ajudando-o na procura de soluções. Apresentando capítulos independentes entre si, este guia permite entrar no mundo da gestão através do tema que nos interessa ou que nos é imediatamente útil. O que é uma vantagem num mundo em permanente mudança, e onde se assiste diariamente ao desaparecimento de empresas, cuja falência foi causada por erros de gestão. "Hoje em dia, já não podemos instalar-nos definitivamente, temos de vigiar permanentemente o funcionamento da nossa empresa", alerta o autor na *Introdução*.



**Guia de Aspectos legais para PME**  
IAPMEI; IAPMEI, 5ª edição, 2001

O conhecimento das diversas diligências relativas à constituição de uma empresa apresenta para o potencial empresário inegável interesse, facilitando e tornando mais célere o cumprimento dos preceitos legais que estão associados a esta etapa da criação de uma empresa. Apresentando-se em seis capítulos (Constituição legal da empresa; Obrigações laborais e de Segurança Social; Ambiente e Segurança; Seguros; Obrigações fiscais, Anexos), esta publicação "procura dar uma resposta completa e actualizada a um conjunto de dúvidas e preocupações do empresário, incorporando todas as mais recentes alterações legais com implicações na constituição e funcionamento de uma PME, e contribuindo para a facilitação e simplificação administrativa."



**Manual de Apoio à Criação de Microempresas**  
Tomás, Fernando Paulo; PPART - Programa para a Promoção dos Ofícios e das Microempresas Artesanais, CEARTE - Centro de Formação Profissional do Artesanato, 2001

Da *Ideia aos Apoios e Incentivos*, passando pelo *Mercado* e a *Fiscalidade*, este manual prático - redigido de forma simples e objectiva - procura sistematizar os aspectos mais importantes a considerar no processo de criação de microempresas na área das artes e ofícios tradicionais. Editada pelo PPART e CEARTE, esta publicação - inserida no projecto "Rede de Centros de Recursos em Conhecimento" - surge no âmbito do esforço conjunto destas entidades em promover uma formação qualificante em gestão empresarial junto dos artesãos, habilitando-os para a criação e gestão do seu pequeno negócio. Um manual útil na consolidação da ideia de investimento do artesão, na escolha jurídica adequada para a empresa, na reflexão sobre os riscos a assumir com a criação das empresas, no conhecimento das principais obrigações fiscais e apoios e incentivos disponíveis, são alguns dos objectivos enunciados na *Nota de Abertura* desta publicação que também se assume como um recurso didáctico de apoio para os formadores dos módulos de formação para a criação de microempresas. No final, uma listagem de entidades e respectivos contactos poderão revelar-se bastante úteis a todos quantos pretendam apostar num projecto empresarial, nomeadamente na área das artes e ofícios.

[www.iapmei.pt](http://www.iapmei.pt)



O Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento (IAPMEI) é um organismo público (sob a tutela do Ministério da Economia e da Inovação) que tem por objectivo a concepção e execução de políticas de apoio ao desenvolvimento empresarial, visando especialmente a modernização e inovação das Pequenas e Médias Empresas (PME). Com uma estrutura descentralizada o IAPMEI - com sede em Lisboa - assegura o contacto com a realidade empresarial regional, prestando apoio e informação às empresas de todo o país, através das suas 14 delegações regionais e 11 Centros de Formalidades das Empresas (serviços de atendimento e de prestação de informações

que têm por finalidade facilitar os processos de constituição, alteração ou extinção de empresas e actos afins).

O site do IAPMEI convida os cibernautas a entrar no Centro de Recursos (legislação, formulários, glossários, etc.), apresenta a rede nacional dos Centros Regionais, permite explorar variados "Temas de A a Z", dá conta de "Notícias", "Eventos" e "Novidades" e garante o "Atendimento on line", entre outras possibilidades de interesse na área empresarial.

[www.pmeportugal.com.pt](http://www.pmeportugal.com.pt)



Criada em 1998, a PME Portugal - Associação das Micro, Pequenas e Médias Empresas de Portugal assume-se como um interlocutor privilegiado com as PME (suas associadas ou não), na defesa e na criação de condições favoráveis ao seu desenvolvimento. Com três delegações no país (Lisboa, Leiria e Vila Nova de Gaia), a PME Portugal detém a Vice-Presidência da ESBA - European Small Business Alliance, uma confederação europeia que representa 42

associações e entidades ligadas às PME, de 22 países diferentes.

Na página principal do site da PME Portugal o destaque vai para as notícias mais recentes que envolvem a associação (assinaturas de protocolos, programas de apoio para PME, etc.). No diz respeito à "Formação", área em que a PME Portugal também tem vindo a desenvolver acções com vista a modernizar e potenciar o sucesso do tecido empresarial nacional, os cibernautas são convidados a entrar no site oficial da PME Formação (<http://www.pme.online.pt>), onde se podem encontrar soluções de formação para as PME em diversos locais do país que cobrem todas as áreas vitais para o seu desenvolvimento. De assinalar ainda a quantidade de *links* úteis que este site disponibiliza.

[www.anje.pt](http://www.anje.pt)



A Associação Nacional de Jovens Empresários (ANJE), constituída em 1986, está sediada no Porto e tem por objectivo promover a reunião dos jovens empresários portugueses com vista à satisfação de interesses comuns e ao desenvolvimento das suas actividades profissionais, nomeadamente nos

aspectos de formação e informação.

Actualmente, além de dinamizar uma série de "Marcas ANJE", como "Portugal Fashion" e "Sabores de Portugal", a ANJE presta Serviços no sentido de incentivar jovens empreendedores a criar a sua própria empresa: "Incubação" de empresas, através dos cinco centros empresariais constituídos em parceria com as respectivas câmaras municipais (Trofa, Maia, Matosinhos, Aveiro e Faro); Espaços ANJE (onde se incluem os cinco Centros Empresariais, mas também sete Núcleos e oito Delegações); Consultoria (jurídica, fiscal, gestão e *marketing*). O site da ANJE, além de permitir aceder a toda a informação atrás referida, dá destaque à 7ª edição do Prémio do Jovem Empreendedor, organizada com o apoio do IEFPP com o objectivo de dinamizar o espírito empreendedor. Importa consultar o regulamento, mas adiante-se desde já que o prazo de entrega dos projectos termina a 29 de Julho.

Cooperativa Agrícola de Mangualde

# Maçã Bravo de Esmolfe

Bravo de Esmolfe. Uma maçã de qualidade e características únicas pode ser insuficiente para triunfar no mercado. É por isso que modernização e rendibilização são duas palavras-chave que norteiam a intervenção da Cooperativa Agrícola de Mangualde.



Marta do Rosário Gafanha

Variedade Bravo de Esmolfe. Espécie *Malus domestica* L.. Maçã de características únicas, polpa branca, epiderme esbranquiçada, aromática e sumarenta, doce e simultaneamente ácida, com boas qualidades gustativas. Fruto pequeno, por vezes com manchas avermelhadas, e manchado ou raiado de carepa na fossa peduncular.

O nome Bravo de Esmolfe é indício de que a variedade deverá ter aparecido na aldeia de Esmolfe, concelho de Penalva do Castelo, provavelmente durante o século XVIII. É possível que tenha sido obtida a partir de uma árvore de semente, cujos frutos apreciados terão originado a procura intensa de material de enxertia e a disseminação da variedade.

Atributos e especificidade regional que terão estado na origem da atribuição de Denominação de Origem Protegida (DOP), através do Despacho n.º 58/94, de 15 de Fevereiro. Uma denominação que se define numa área geográfica que corresponde a 32 concelhos da Beira Alta.

Com 200 anos de história e definição DOP, a maçã Bravo de Esmolfe é o principal produto da Cooperativa Agrícola de Mangualde (CAM). Contando mais de meio século desde a data de fundação, em Maio 1951, esta cooperativa abrange hoje 17 concelhos e representa 196 produtores activos. Gouveia e Penalva do Castelo são os concelhos que sobressaem segundo o volume de fruta e número de sócios, seguindo-se Aguiar da Beira.

Para a forte implantação e representatividade junto dos produtores locais, aquela que em 1990 foi a primeira Organização de Produtores a ser reconhecida em Portugal aposta na remodelação e avanço tecnológico. De acordo com Abel Marques, membro da Direcção, a cooperativa tem feito os "investimentos que eram necessários" à modernização das instalações e que permitem uma maior rendibilidade. A CAM dispõe do equipamento "mais moder-

no e equilibrado de embalagem e calibragem", revela o mesmo director.

A dinâmica de modernização não é nova. Apesar de algumas oscilações, já em 1977 foi feita a "introdução da atmosfera controlada", revela Frederico Carvalhão, engenheiro de Produção Agrícola da Universidade de Coimbra, e técnico da cooperativa desde 1989. Segundo o mesmo técnico, daí para cá foram feitas obras de "remodelação do sistema de frio e sala de embalagem", com apoio dos programas LEADER+ e AGRO.

A alteração da rede de frio permite que a cooperativa tenha equipamento de gestão e análise do mais actualizado e informatizado. Conta com 17 câmaras frigoríficas, com 5 100 toneladas de capacidade de armazenagem em frio, sendo que oito são câmaras de atmosfera controlada.

O sistema de calibragem também sofreu inovações importantes, através da instalação de uma máquina calibradora que funciona com água. Com esta medida, "não há toques e deixa de haver atrito", revela Frederico Carvalhão, o que assegura que a maçã permaneça intacta.

## Sistema de rastreabilidade

A par das inovações técnicas, a CAM está a aplicar um sistema de rastreabilidade à parcela, que permite conhecer o percurso do fruto desde o pomar ao consumidor. O que permite garantir que "temos 80 por cento em métodos de produção ou protecção integrada", revela Frederico Carvalhão.

A adopção destas práticas corresponde à produção de "produtos que não degradam o ambiente e que respeitam auxiliares", adianta o mesmo técnico.

Em complemento, produtores e cooperativa partilham outras dinâmicas, através de acompanhamento técnico. Existe uma contínua reorganização dos pomares e 90 por cento

das plantações têm instalada rega gota a gota e fertirrigação. O mérito principal pertence aos produtores, mas a cooperativa de Mangualde "apoia a reconversão". Segundo o técnico da cooperativa, "damos apoio de campo a produtores", que incide em áreas como "tratamento, fertilização, colheita, ou avaliação da maturação dos frutos".

A reconversão faz-se notar. A cooperativa conta com 260 hectares de produção, dos quais 60 por cento com menos de 10 anos. Esta dinâmica revela o acentuar das plantações de interesse comercial, em particular da Bravo de Esmolfe. A maçã representa 98 por cento da produção, o que corresponde a cinco mil toneladas. Em complemento, a cooperativa trabalha com outras frutas, mas que têm pouca expressão em termos quantitativos, como são os casos da pêra e avelã.

A selecção de produtos obedece às regras de mercado e solicitações dos consumidores. "Temos de adaptar produção àquilo que o mercado pretende", assinala Frederico Carvalhão. Há "variedades novas com mais apetência por parte do consumidor", acrescenta.

A carteira de clientes contempla as grandes superfícies, cadeias de hipermercados, empresas de refeições e alguns mercados abastecedores. Estratégia complementada pela abertura de um posto de venda ao público nas instalações da CAM, que foi apoiado no âmbito do LEADER+, e que "é actualmente o nosso quarto cliente". O espaço beneficia da localização, numa zona de passagem entre Mangualde e Nelas, mas "chegam a vir pessoas de Coimbra".

João Limão

Cooperativa Agrícola de Mangualde, crl  
Estação Fruteira  
Alcáçate - Gare  
3530-310 Mangualde  
Tel: 232 610 247 / 57  
E-mail: geral@serrana-de-mangualde.com

## Ficha Técnica

### Pessoas e Lugares

Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER+

II Série | N.º 27 | Março 2005

### Propriedade

INDE - Intercooperação e Desenvolvimento, CRL

### Redacção

INDE

Av. Frei Miguel Contreiras, 54 - 3.º

1700-213 Lisboa

Tel.: 21 843 58 70

Fax: 21 843 58 71

E-mail: pl@inde.pt

Mensário

### Directora

Cristina Cavaco

### Conselho Editorial

Carlos Mattamouros Resende/IDRHa, Cristina Cavaco/INDE, Francisco Botelho/INDE, Luis Chaves/Minha Terra, Maria do Rosário Serafim/IDRHa, Paula Matos dos Santos/INDE, Rui Veríssimo Batista/IDRHa

### Redacção

Paula Matos dos Santos (Chefe de Redacção), Francisco Botelho, João Limão, Maria do Rosário Aranha

### Colaboraram neste número

Add, Adellaçor, Adiber, Alcina Costa (Ade), Aliende, António Santos (Ad Elo), IDRHa, João Cosme, José Coutinho (Leaderoeste), Maria Nogueira (Addlap), Maria do Rosário Serafim (IDRHa), Mário Fidalgo (Ad Elo), Minha Terra, Monte, Paulo Pereira, Rude, Susana Martins (Adrimag)

### Paginação

Diogo Lencastre (INDE), Marta Gafanha (INDE)

### Impressão

Diário do Minho  
Rua de Santa Margarida, n.º 4  
4710-306 Braga

### Tiragem

6 000 exemplares

### Depósito Legal

n.º 142 507/99

### Registo ICS

n.º 123 607



Ministério da  
Agricultura e  
Desenvolvimento  
Rural e das Pescas



Comissão Europeia  
Programa LEADER+